

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL CONTRA A INVASÃO DE PRODUTOS CHINESES

I – Introdução

1 - Criação

A Comissão Especial contra a Invasão de Produtos Chineses foi criada em decorrência de requerimento aprovado em 20/6/2006 e publicado no “Diário do Legislativo” em 22/6/2006, assinado pelos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Cesar, Domingos Sávio, Fábio Avelar e Doutor Viana.

1.1 - Objetivos

Estudar as medidas necessárias e propor soluções para a questão da invasão de produtos chineses no Estado de Minas Gerais, de forma a ajustar o contexto do parque industrial mineiro em favor do desenvolvimento sustentável do setor produtivo de Minas Gerais, além de ouvir a comunidade empresarial e sindical e permitir sua participação na gestão desse desenvolvimento.

1.2 - Metodologia

A partir dos objetivos enunciados e das discussões ocorridas durante o período de preparação dos trabalhos da Comissão Especial, decidiu-se estabelecer uma abordagem sistemática sobre o tema invasão de produtos chineses no Estado de Minas Gerais.

A Comissão Especial procurou conhecer a visão dos empresários, dos sindicatos, das associações e dos representantes da Federação das Indústrias do Estado, bem como dos representantes da Secretaria de Estado da Fazenda.

Com a discussão desse conteúdo e a participação de convidados, que representaram os vários segmentos da sociedade envolvidos com a questão da invasão dos produtos chineses em Minas Gerais, a Comissão propôs alternativas para preservar a vitalidade do parque industrial mineiro, bem como para garantir o poder aquisitivo da população mineira.

1.3 - Composição

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) - Presidente	Carlos Pimenta (PDT)
Paulo Cesar (PDT) - Vice- Presidente e relator	Cecília Ferramenta (PT)
Carlos Gomes (PT)	Jayro Lessa (PFL)
Doutor Viana (PFL)	Maria Olívia (PSDB)
Neider Moreira (PPS)	Marlos Fernandes (PPS)

1.4 - Prazo de funcionamento

A indicação dos membros efetivos e suplentes da Comissão foi publicada no “Diário do Legislativo”, em 15/7/2006, data a partir da qual se dá a contagem do prazo regimental de funcionamento de 60 dias. O término desse prazo, consideradas as disposições do Regimento Interno, ocorreria em 26/9/2006.

Houve suspensão dos trabalhos da Comissão Especial no período de 23/8/2006 a 9/10/2006, em vista das eleições previstas para 2006; entretanto, a

requerimento dos Deputados Paulo Cesar e Dalmo Ribeiro Silva, o prazo de funcionamento foi prorrogado por mais 30 dias.

Desta forma, o prazo regimental para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial contra a Invasão dos Produtos Chineses será até o dia 18/12/2006.

2 - Antecedentes

O Legislativo mineiro se utiliza de ferramentas diversas, para exercer suas funções. Quando os parlamentares defrontam com situações que envolvem amplos setores da sociedade ou com temas delicados que demandam debate, negociação e confronto de interesses, as ferramentas mais utilizadas são os eventos institucionais e as comissões especiais para proceder a estudo sobre matéria determinada.

A Assembléia promove vários tipos de eventos institucionais, em escala crescente de complexidade e porte. Em todos os eventos, o poder público e a sociedade, representados por órgãos do Executivo, federações de classes, sindicatos, associações, organizações não-governamentais, cooperativas, entre outros, são convidados a participar. Na fase inicial de planejamento são estabelecidos o tipo de evento, seu regulamento, os temas a serem abordados, os debatedores e a formação de grupos de trabalho, quando for o caso, para preparação das teses a serem discutidas e aprovadas ao final do evento. Quando os assuntos exigem a interiorização dos debates, reuniões regionais são

realizadas, e seus resultados são trazidos para a Assembléia Legislativa. Esses eventos têm o objetivo de coletar subsídios para o processo legislativo, orientar a formulação de políticas públicas e auxiliar no planejamento do Estado.

Por sua vez as comissões especiais são utilizadas, quando há necessidade de aprofundamento, investigação de fatos ou de formulação de proposições relativas a temas de alta relevância social, econômica ou ambiental, que exigem tempo excepcional de debates para maturação política dos subsídios aportados.

A comissão especial, com prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30, de acordo com o Regimento Interno da Casa, foi a ferramenta escolhida para discussão da questão da invasão dos produtos chineses no Estado de Minas Gerais, em razão da profundidade e amplitude necessárias à discussão dos conceitos relativos ao tema e à identificação das fragilidades do atual modelo para o parque industrial mineiro. A reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, realizada no dia 11/5/2006, contribuiu para a instalação desta Comissão.

Ficou, então, evidente a necessidade de debater com o Executivo e com as demais representações da sociedade, empresarial e trabalhista, as práticas e as políticas que vêm sendo adotadas em relação à invasão de produtos chineses no Estado.

Verificou-se, no decorrer dos trabalhos, que, para atingir a meta do desenvolvimento econômico sustentável, há que se estabelecer governabilidade em relação à atuação chinesa no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

A China atualmente exporta produtos têxteis, ópticos e refratários, máquinas pesadas e brinquedos. A perspectiva é que, no futuro a China, passe também a exportar relógios, câmeras digitais, contêineres, monitores, celulares, ônibus, microondas, televisores, aço, geladeiras, caminhões, navios, carros, e picapes, entre outros, conforme dados publicados na imprensa mineira.

3 - Trabalhos realizados

Os trabalhos da Comissão Especial foram desenvolvidos a partir de reuniões ordinárias, extraordinárias e audiências públicas. Com o objetivo de agilizar os trabalhos e, ao mesmo tempo, garantir boa representatividade dos setores envolvidos com a questão da invasão dos produtos chineses, diversas entidades públicas e do setor produtivo foram convidadas para participarem dos debates e, eventualmente, proferirem palestras.

O quadro a seguir apresenta os nomes das entidades e suas siglas. A cada reunião ordinária descrita estão relacionados os profissionais que proferiram palestras e as siglas das entidades que participaram dos debates, em ordem alfabética.

No anexo “Resumo das Palestras Proferidas” são apresentados os nomes das pessoas que representaram as entidades participantes.

Entidades participantes
Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq
Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – Abring
Câmara dos Diretores Lojistas de Nova Serrana
Companhia de Tecidos Cedro Cachoeira
Companhia de Tecidos Fabril Mascarenhas
Companhia de Tecidos Horizonte Têxtil Ltda.
Companhia de Tecidos Tear Têxtil Indústria e Comércio Ltda.
Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg
Conselho Regional de Ótica e Optometria de Minas Gerais
Indústria de Forjados S.A. - Açoforja
Prefeitura Municipal de Nova Serrana
Prefeitura Municipal de Perdigoão
Secretaria de Estado da Fazenda
Setor hoteleiro (representantes)
Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem
Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de MG - Siref-MG
Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado de Minas Gerais
Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais
Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Minas Gerais
Sindicato das Indústrias do Vestuário – Sindivest
Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais - Sindimalhas
Sindicato do Comércio Ótico de Minas Gerais – Sindiótica – MG
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados em Geral
Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana
Sindicato Patronal das Indústrias Mecânicas de Joinville e Região - Sindimec

4 - Reuniões e visita da Comissão Especial:

Dia 8/8/2006 – 1ª Reunião Especial

Objetivo: eleger o Presidente, o Vice-Presidente, designar o relator e programar os trabalhos da Comissão.

Dia 22/8/2006 – 1ª Reunião Ordinária

Objetivo: Discutir e votar proposições da Comissão Especial, bem como aprovação de requerimentos.

Dia 11/10/2006 – 1ª Reunião Extraordinária

Objetivo: Discutir e votar as proposições da Comissão Especial, aprovação de requerimentos, bem como convocação de representantes de entidades afetas ao tema invasão dos produtos chineses em Minas Gerais.

Dia 17/10/2006 – 2ª Reunião Ordinária

Objetivo: Discutir e votar as proposições da Comissão Especial, aprovação de requerimentos, bem como debater sobre o setor têxtil com os sindicatos, empresários do setor têxtil, Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg e a Secretaria de Estado da Fazenda. Também foi constituída uma comissão de entidades, com assento permanente nos trabalhos da Comissão Especial, composta pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem - SIFT, Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais – Sindimalhas, Sindicato das Indústrias do Vestuário – Sindinvest, Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg - Corecin-Fiemg, Sindicato dos Calçadistas de Nova Serrana - Sindinova e Sindicato das Indústrias Mecânicas - Sindimec.

Dia 24/10/2006 – 3ª Reunião Ordinária

Objetivo: Discutir e votar as proposições da Comissão Especial, aprovação de requerimentos, bem como debater sobre o setor ótico e de setor de refratários com os sindicatos, empresários dos setores citados, Conselho Regional de Óptica e Optometria de Minas Gerais - Croomg e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg.

Dia 25/10/2006 – Visita à Secretaria de Estado de Fazenda

Objetivo: Levar as reivindicações dos setores têxtil e ótico para a Secretário de Estado da Fazenda, Fuad Nomam, com o objetivo de encontrar

alternativas econômicas e viáveis, no âmbito do Estado, para enfrentar a questão da invasão dos produtos chineses em Minas Gerais.

Dia 7/11/2006 – 4ª Reunião Ordinária

Objetivo: Discutir e votar as proposições da Comissão Especial, aprovar requerimentos, bem como debater sobre os setores de máquinas pesadas e brinquedos com sindicatos, Açoforja, Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais e empresários dos setores de malharia e hotelaria de Jacutinga. Também foi aprovada a realização de visita da Comissão Especial ao Porto de São Borja (RS), Diniz Cerqueira (SC), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC) e Paranaguá (PR).

Dia 13/11/2006 – 2ª Reunião Extraordinária, na cidade de Nova Serrana

Objetivo: Discutir e votar as proposições da Comissão Especial, aprovar requerimentos, bem como debater sobre os setores de calçadista, de confecções e fogos de artifício com sindicatos, Câmara dos Diretores Lojistas – CDL, prefeitos da região e empresários dos setores calçadista, de confecções e fogos de artifício.

II – DESENVOLVIMENTO

2.1 - Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa, em 29/5/2006, iniciou a discussão sobre os reflexos das importações chinesas na economia mineira e nacional.

Dessa discussão restou evidente que inúmeros setores produtivos mineiros, a exemplo do têxtil, sofrem com a concorrência desleal em face da disparidade dos preços dos produtos chineses em relação aos preços dos produtos fabricados no País.

O Ministério das Relações Exteriores, ao reconhecer a China como uma economia de mercado aberta ao Brasil, em função da ambição brasileira de ter um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU –, desequilibrou a economia de mercado no Brasil inteiro. A prática de taxas de juros reais negativas para investimentos industriais, a utilização de mão-de-obra sem direitos trabalhistas e o fato de aquele país não se submeter a exigências ambientais geram efeitos nefastos para a economia mineira e para a economia brasileira.

No Brasil, o parque industrial tem que suportar elevadas taxas de juros, e a carga tributária brasileira é muita pesada para os empresários.

Essa conjugação de fatores acima mencionados conspira contra a pretensão do empreendedor mineiro. A sustentabilidade do mercado empresarial, em seus vários segmentos, está prejudicada, e nosso futuro, caso

não haja reação governamental inteligente, articulada e eficaz, está comprometido.

São necessárias medidas claras, enérgicas e eficientes, que analisem os aspectos técnicos, ambientais, fitossanitários e sociais, e que funcionem como mecanismos de equilíbrio da concorrência.

2.2 - Manifesto contra a invasão dos produtos chineses

Em 8/3/2006, o Deputado Paulo Cesar (PDT) fez um pronunciamento alertando sobre as perspectivas do setor calçadista mineiro frente à concorrência chinesa e à valorização do Real. Lembrava também o Deputado que outros fatores deveriam ser considerados, tais como as altas taxas de juros e a alta carga tributária, prevendo, inclusive, que, em futuro próximo, cresceria o número demissões nas empresas, em função da desleal concorrência chinesa.

Em 29/5/2006, o Manifesto Contra os Prejuízos Provocados pela Invasão de Produtos Chineses no Mercado Mineiro produzidos por empresários, empregados, sindicatos e deputados, já deixou claro que a invasão dos produtos chineses não é mais preocupação deste ou daquele setor produtivo: é uma ameaça a toda a economia nacional.

Acrescenta o manifesto que, enquanto a economia mineira exporta produtos básicos, de baixo valor agregado, como grãos, minerais em gema, couro, fumo, pedras, madeira, minério de ferro, entre outros, a China exporta para Minas Gerais produtos com alto valor agregado, como computadores,

transmissores, circuitos integrados, chips, tecidos, brinquedos, calçados, peças e equipamentos.

O manifesto também comenta que a China incrementa suas exportações com base em trabalho semi-escravo, com trabalhadores que recebem pouco mais de um dólar por dia, trabalhando sete dias por semana.

Resumindo, produzir na China é de 30% a 40% mais barato do que produzir em qualquer outro lugar do mundo.

Em função desse contexto o manifesto propõe: adoção de salvaguardas por concorrência desleal efetuada pela China, evitando assim a importação predatória e nefasta à economia nacional; imposição de cotas de importação para têxteis, calçados, fogos de artifício, óculos e outros, produtos estes que sofrem o impacto da invasão dos produtos chineses; rigorosa fiscalização da “importação clandestina”, evitando assim o contrabando existente; adoção de taxa de câmbio compatível e taxas de juros em patamares civilizados para permitir a concorrência da indústria nacional com outros mercados globalizados; criação específica de política específica de desenvolvimento para o setor têxtil e do vestuário; redução da carga tributária; criação de campanhas educativas sobre os malefícios do consumo de produtos piratas e a respectiva valorização dos produtos nacionais.

Em 25/11/2005, foi encaminhado um ofício denominado “Carta dos Trabalhadores de Minas Gerais”, ao Deputado Paulo Cesar, à época Presidente

da Comissão de Turismo, pelas Federações dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis e do Vestuário de Minas Gerais, alarmados com a progressiva perda de empregos, com a perda da renda da economia mineira e com a perda de impostos, reflexos da invasão dos produtos chineses em Minas Gerais.

2.3 - Manifestação do Setor Têxtil

Os debatedores desse setor o consideram o mais atingido entre todos, em razão do grande percentual do parque industrial afetado pelas condições da concorrência desleal dos produtos chineses.

O Poder Executivo, em nível federal, provocou essa catástrofe, quando liberou a China para exercer o livre comércio com o Brasil.

Seguem abaixo os dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit – para o setor têxtil e de confecções, que representa aproximadamente 17,5% do PIB da Indústria de Transformação Brasileira:

Informação	Quantitativo
Nº de empresas no Brasil	30 mil
Nº de empresas em Minas Gerais	8 mil
Empregos diretos no Brasil	1,65 milhão
Empregos diretos em Minas Gerais	200 mil
Exportações em 2004	US\$ 2,1 bilhões
Exportações em 2005	US\$ 2,2 bilhões
Investimentos 1990-1999	US\$ 10 bilhões
Investimentos 2004-2010	US\$ 8 bilhões
Faturamento em 2004	US\$ 25 bilhões
Faturamento em 2005	US\$ 26 bilhões

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT

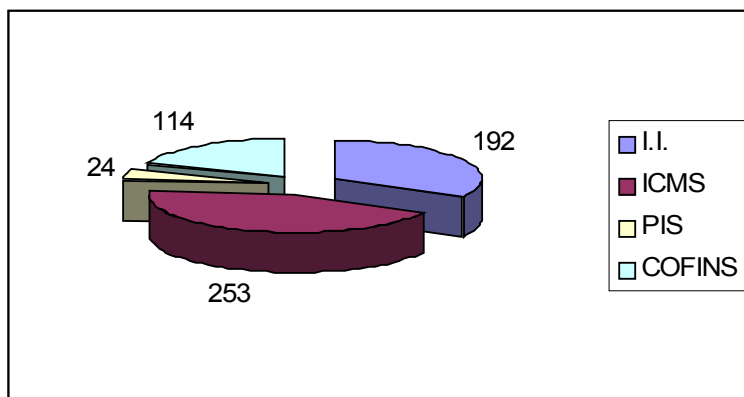
Do total do faturamento em 2005 (US\$ 26 bilhões), 92% (US\$ 23,9 bilhões) foram para o mercado interno e 8% (US\$ 2,2 bilhões) para exportação, segundo a Abit.

Acrescenta o relatório da Abit que o trabalhador na cadeia têxtil e de confecção tem, em geral, baixa escolaridade e há predominância de trabalhadoras do sexo feminino (62%). No que diz respeito à indústria de transformação, este é o segundo maior empregador formal da indústria brasileira (14%), só perdendo para o setor de alimentos e bebidas (21%). Mas, segundo o modelo de geração de empregos do BNDES, o têxtil é o setor que tem maior potencial de geração de empregos em toda a indústria brasileira. Atualmente, existem 1,65 milhões de postos de trabalho diretos na cadeia têxtil nacional. São aproximadamente 6,6 milhões de pessoas que dependem dessa indústria (média de quatro por família). É imprescindível, portanto, evitar que a deterioração notada, desde 1990, e intensificada a partir de 2004, extermine o setor, que tem um importante papel de amortecedor social.

Quase 99% das exportações brasileiras para a China são de fibras, e 99,1% das importações do Brasil da China são produtos manufaturados, segundo a GTIS – Global Trade Information System – China Customs - MDIC - Sistema Alice.

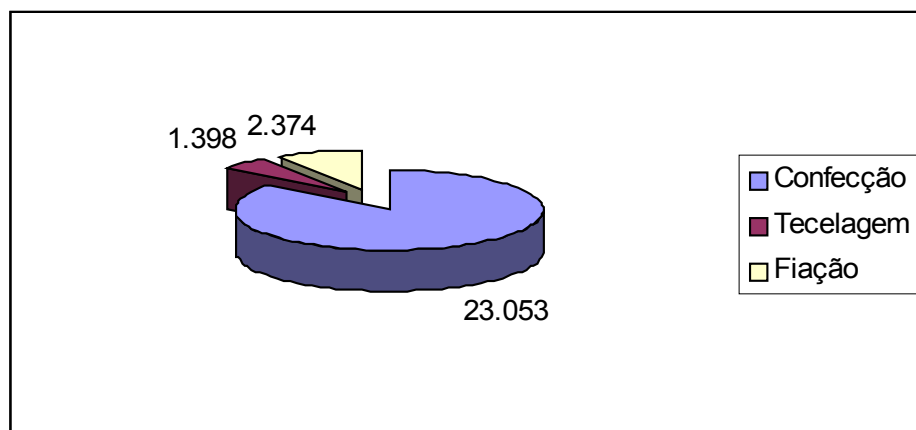
Ainda com dados do Sistema Alice, temos que o preço médio de importação de produtos chineses praticados pelo Brasil em 2005 é 64% inferior ao praticado pelos EUA para os mesmos itens. Os impostos não arrecadados pelo governo no ano de 2005 devido às importações fraudulentas de vestuário representam R\$ 584 milhões. A quantidade de empregos perdidos, ou que deixaram de ser gerados pelas importações de vestuário, cujo valor fica abaixo

de 7,0 US\$/kg, totaliza 26.825 empregos. Ou seja: evasão fiscal cumulada com perda de empregos, conforme se verifica nos gráficos abaixo.



R\$ 584 milhões de impostos não arrecadados pelo governo em 2005

Fonte: Sistema Alice-MDIC - USITC - United States International Trade Commission

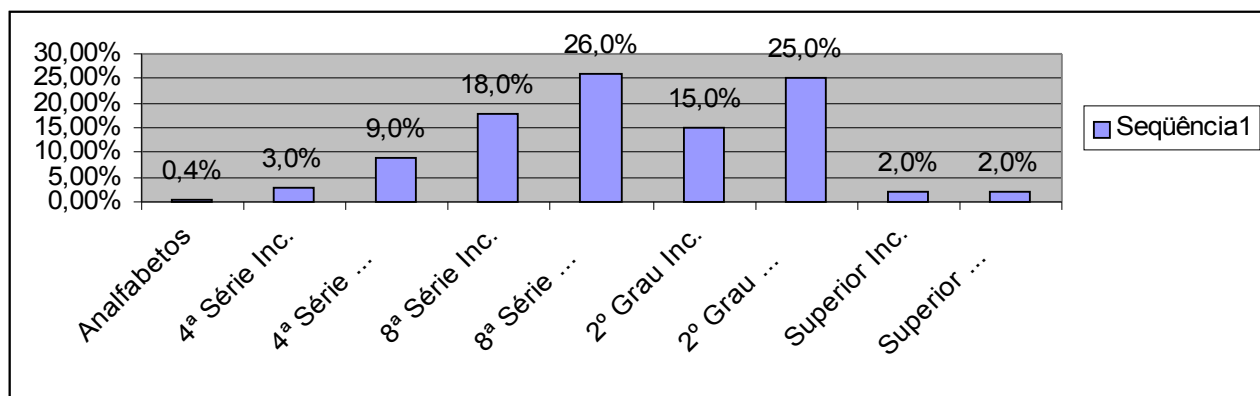


R\$ 26.825 empregos perdidos ou que deixaram de ser gerados pelas importações abaixo de 7.0 US\$/KG

Fonte: Sistema Alice-MDIC - USITC - United States International Trade Commission

Esses são dados que deixam claro que a invasão dos produtos chineses prejudica diretamente trabalhadores de baixa escolaridade, principalmente mulheres. E mais, exportamos produtos de baixo valor agregado e importamos

produtos de alto valor agregado, com prejuízo direto ao parque industrial nacional.



Fonte: Associação Brasileira de Indústria têxtil e de confecções - ABIT

Na Comissão Especial, o Deputado Jayro Lessa declarou que o Estado ainda pode fazer muito em prol do setor, a exemplo de um melhor aproveitamento do crédito de ICMS, que poderia ser utilizado para pagar o ICMS da CEMIG das empresas do setor. O grande problema é o governo estadual permitir o fechamento de fábricas.

Na Comissão Especial, o Deputado Paulo Cesar também acrescentou que uma caixa com 12 pares de sapatos entra por US\$ 1,00, com nota fiscal de um par, e que a Secretaria de Estado da Fazenda pode evitar esse abuso atuando nas barreiras. Também acrescentou que peças de calças jeans entram no Estado como se fossem retalhos.

No dia 5/9/2006, a Praça da Assembléia foi palco de veemente protesto do setor, que quis demonstrar a união entre empresários e empregados, que atualmente lutam juntos contra a realidade de importações, câmbio, carga tributária, práticas de descaminho e outros fatores desfavoráveis.

Em 24/10/2006, o Deputado Jayro Lessa sugeriu que a Comissão Especial contra a Invasão de Produtos Chineses formasse um grupo, para direcionar alternativas possíveis, no âmbito do Estado, para auxiliar as empresas do setor têxtil. Esse grupo se comprometeu a acompanhar a questão da invasão dos produtos chineses no mercado mineiro, bem como avaliar alternativas possíveis, no âmbito estadual, com o intuito de minorar o problema apresentado pelos empresários mineiros do setor têxtil e do setor óptico.

No dia 25/10/2006 o grupo se reuniu com o Secretário de Estado de Fazenda, Fuad Nomam, para apresentar reivindicações dos setores têxtil e óptico, objetivando encontrar alternativas econômicas viáveis, no âmbito do Estado, para enfrentar a questão da invasão dos produtos chineses. Participam desse grupo os empresários do setor têxtil e do setor óptico, além dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Paulo César, Neider Moreira, Jayro Lessa e Célio Moreira.

2.4 - Manifestação do Setor de Refratários

O setor de refratários no Estado de Minas Gerais tem um faturamento anual superior a R\$ 1,5 bilhão de reais e se sobressai entre os 10 maiores contribuintes de impostos e contribuições municipais, estaduais e federais do Estado. Emprega diretamente cerca de 16 mil trabalhadores, segundo informações do Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de Minas Gerais.

O setor também é responsável por mais de 80% da produção brasileira, seja no atendimento do mercado interno, principalmente às indústrias siderúrgica, cimenteira, petroquímica, de vidro e de não ferrosos, seja no setor de exportação, onde figura com aproximadamente US\$60 milhões por ano, desde 1970.

Sem refratários não é possível fabricar aço, metais não ferrosos, cimento, vidro e outros artigos consumidos pela sociedade. Na verdade, é uma indústria de base para todas as outras indústrias de base.

Se a invasão dos produtos chineses vier a comprometer a indústria de refratários, o Brasil estará comprometendo uma infinidade de produtos de uso diário dos brasileiros, e a indústria chinesa se consolidará como indústria de base para os nossos produtos.

Os projetos de expansão da indústria siderúrgica irão crescer 10,5 milhões de toneladas por ano ao parque siderúrgico nacional, ou seja, um aumento de 33% da produção nacional. Os chineses já se fazem presentes como fornecedores de pacotes completos, incluindo refratários, para expansão da Açominas, em detrimento dos fornecedores brasileiros.

Nos pacotes da expansão da Companhia Siderúrgica Tubarão – CST –, embora os contratantes sejam estrangeiros, grande parte do fornecimento de bens e serviços é nacional, inclusive refratários. O mesmo ocorreu na implantação dos projetos da Gerdau Araçariguama e da Belgo Piracicaba.

O projeto recém-aprovado da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA –, do Grupo Thyssen Krupp, a ser construído em Itaguaí (RJ), ainda não tem definido o modelo de compras, mas poderá ser adotado o mesmo procedimento da Açominas.

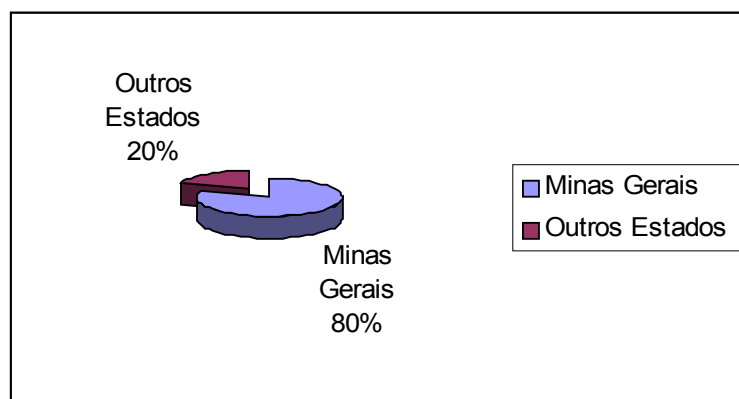
Diferentemente do Brasil, a Europa, em função da concorrência predatória da indústria chinesa de refratários, criou proteções alfandegárias que variam de 11,2% a 66,1%. A RHI, maior produtor mundial de refratários, sediada na Áustria, bem como outros produtores europeus (Vesuvius, LWB e Refratechnic), tiveram seu mercado regional e sua produção na Europa protegidos, mas por meio através de suas unidades produtivas na China, estão atacando os outros mercados do mundo.

“Traders” chineses também começam a aparecer no cenário internacional (Liaoning Foreign Trade Delegation, China Haicheng, Minmetals South América) e já fizeram incursões no mercado regional brasileiro.

Uma concorrência predatória de preços, principalmente em um cenário de sobrevalorização do real e subvalorização do yuan, poderá causar danos irreparáveis, em médio e longo prazos, às empresas desse segmento.

Além disso, a cadeia de custos na produção de refratários é fortemente influenciada pelo custo de energéticos, cujos preços são administra-dos pelo governo e, que, nos últimos anos, tiveram crescimentos apreciáveis.

A preocupação do setor é tanta que, já nos fins do ano de 2005, com o decreto presidencial criando o instituto de salvaguardas, o Siref – MG entrou com dois processos no MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior solicitando salvaguardas (protocolo sob o número 52.032.490/2005-20, em 21/12/2005 e 21/3/2006).



Fonte: Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de Minas Gerais - Siref-MG

2.5 - Manifestação do setor óptico

O Brasil já chegou a ter 300 fabricantes de armações. Hoje, o número não chega a 35. Cerca de 80% dos produtos são importados, informa o Sindicato do Comércio Óptico do Estado de Minas Gerais – Sindióptica-MG.

A indústria sofre com a concorrência predatória de mercadorias chinesas, as quais são importadas a US\$ 0,80 o quilo. Os impostos são pagos sobre esse valor.

A cada R\$ 1 milhão em óculos que entram no País de forma ilegal, são perdidos 1.200 empregos diretos. Para cada óculos vendidos por R\$13,00 nos camelôs ou feiras “shopping”, R\$9,00 são sonegados de impostos.

Mais uma vez a invasão dos produtos chineses prejudica, de forma definitiva, a economia brasileira.

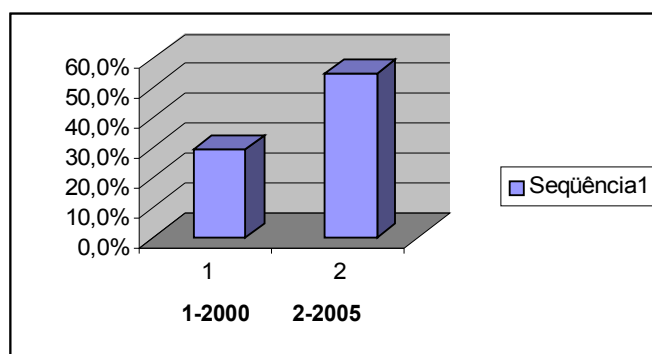
O contrabando de óculos no Brasil saltou de 29,3% em 2000 para 55% no ano de 2005.

Em 2004, foram vendidos 31,8 milhões de unidades, sendo 22,5 milhões de óculos de prescrição e 9,3 milhões de óculos de sol.

Em 2005, foram vendidos 29,7 milhões de unidades, sendo 24 milhões de óculos de prescrição e 5,7 milhões de óculos de sol. Isso representa uma venda 61% menor em óculos de sol e 7% menor no total de óculos vendidos.

Em 2005 entraram, vindos da China, 45 milhões de óculos de sol. No Brasil foram fabricados 2 milhões. Em 2005 vieram da China 21 milhões de óculos de prescrição. No Brasil foram fabricados apenas 3 milhões.

A pirataria e o contrabando levaram a indústria brasileira a reduzir drasticamente a venda de óculos de sol, comprometendo também a saúde visual do brasileiro, conforme gráfico abaixo.



Sobe o percentual de óculos contrabandeados do ano de 2000 para o ano de 2005

Fonte: Sindicato do Comércio Óptico do Estado de Minas Gerais - Sindióptica-MG

Na França existem 30 mil fiscais para fiscalizar as fronteiras e portos.

No Brasil, são pouco mais de 3 mil. Por isso, o Brasil perde por ano, em impostos, 30 bilhões de reais.

Em Minas Gerais existem 4.470 ópticas, sendo 1300 na grande Região Metropolitana de Belo Horizonte. O setor mineiro gera 19.000 empregos diretos e 5.500 empregos indiretos.

A Lei nº 15.777, de 16/6/2004, proíbe a venda de óculos fora de estabelecimentos ópticos, mas, simplesmente, não é obedecida. A comercialização só deveria ser feita por especialistas da área, com o intuito de garantir a saúde visual.

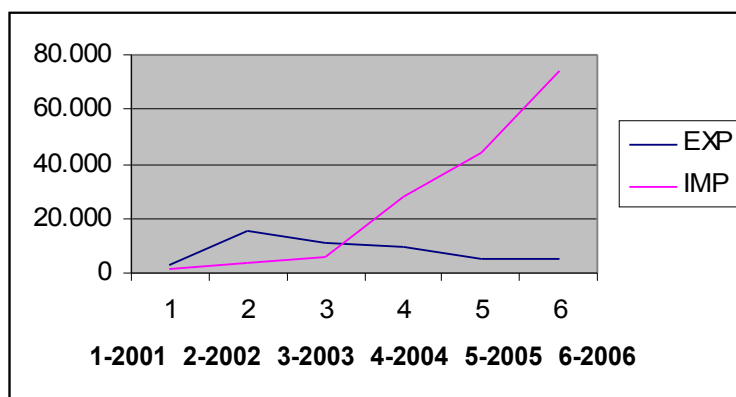
2.6 - Manifestação do setor de máquinas pesadas

As importações de Minas Gerais da China, no período de 2001 a 2006, aumentaram 4.072%, enquanto as exportações no período cresceram apenas 85%.

Comércio de Máquinas e Equipamentos (capítulo 84) – Minas Gerais/China US\$ FOB mil			
ANO	Exportações	Importações	Saldo

2001	2.762	1.780	982
2002	15.279	3.791	11.488
2003	11.235	6.108	5.127
2004	9.517	27.657	-18.140
2005	4.965	44.042	-39.077
2006	5.133	74.279	-69.146

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos –ABIMAQ



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ

Outra vez se percebe que a economia chinesa se beneficia das relações comerciais com o Brasil. A administração da balança comercial é extremamente favorável à China, que garante muito mais importações do Brasil. Ou seja, enquanto a China gera divisas, em dólares, o Brasil perde divisas e coleciona problemas estruturais em seu parque industrial, bem como acumula prejuízos sociais para toda a população brasileira.

De fato, a China criou um ambiente econômico e político propício ao desenvolvimento das suas indústrias, dentro de um plano e de uma política industrial que prejudica sobremaneira a política econômica e industrial do Brasil. Além do mais, os maus importadores praticam vários tipos de fraudes, que redundam na quebra geral e na escassez dos empregos no Brasil.

Precisamos, portanto, da atuação da alfândega e da Polícia Federal e de uma legislação de resultados com o objetivo de proteger nosso parque industrial.

O Brasil tem dificuldades para vender para o mercado internacional, mas também tem dificuldades para vender para o mercado interno, uma vez que os produtos chineses são de baixíssimo custo.

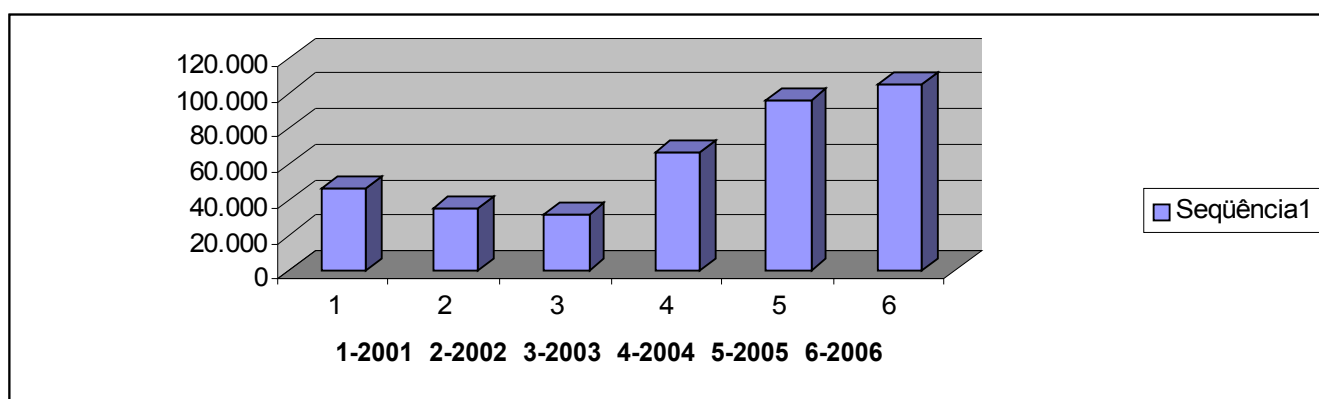
2.7 - Manifestação do setor de brinquedos

O Brasil possui atualmente um acordo de restrição voluntária de exportações com a China, que limita a quota de participação dos brinquedos chineses no mercado brasileiro a 40%. Esse acordo foi resultado do vencimento de uma medida de salvaguarda que vigorou durante 10 anos.

Importações de Brinquedos Brasil/China US\$ FOB MIL	
Ano	Importações
2001	46.914
2002	35.265
2003	31.870
2004	67.020
2005	96.235
2006	104.800

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Transformando a tabela acima em gráfico, temos:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Segundo Martha Teixeira Lassance, Presidente do Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg, os números para o setor de brinquedos são menos significativos. É que, com o vencimento da medida de salvaguarda, que vigorou por 10 anos, foi feito um acordo de restrição voluntária. Não se consegue, entretanto, um levantamento direto das importações de brinquedos do Brasil ou em Minas Gerais, porque a importação ocorre na cadeia do distribuidor. O número saiu de

US\$47.000.000,00, praticamente, para US\$104.000.000,00. Com o acréscimo, vai para uns US\$120.000.000,00. Ou seja, mais que dobrou.

De novo, lucros para a economia chinesa em detrimento da economia brasileira.

Na opinião da Abrinq - Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos –, o setor é um dos mais prejudicados pelas importações de produtos chineses.

Os importadores são muito espertos e muito ágeis e estão transformando fábricas de brinquedos em meros distribuidores, mitigando a capacidade da indústria de brinquedos brasileira.

Um controle mais adequado das vias alfandegárias pode pôr fim a esse problema de proporções estruturais. Melhores controles de utilização do Canal Verde, Canal Cinza e outros só serão atingidos com o aparelhamento da Receita Federal, não só em termos instrumentais como também em termos de recursos humanos. Esclareça-se que a Receita Federal está inteiramente receptiva às informações que o setor empresarial lhe oferece, tratando a questão com muita seriedade.

III - CONCLUSÕES

As palestras, os estudos e os debates realizados no decorrer dos trabalhos da Comissão Especial permitiram uma visão geral sobre a evolução da invasão dos produtos chineses em Minas Gerais, além de demonstrar que muitas

dificuldades criadas pela abertura da economia brasileira à importação de produtos chineses são de responsabilidade do governo e terão de ser superadas. Entretanto, fica bem delineada a informação de que o processo de importação/exportação com a China traz desastrosas implicações para o Brasil a curto, médio e longo prazos.

A China apresentou um superávit comercial recorde em outubro: 23,83 bilhões de dólares. A projeção é que aquele país tenha um saldo comercial até o final de dezembro de US\$ 168 bilhões (aumento de mais de 60% em relação a 2005). Aumentou também, de forma dinâmica, suas exportações para o Brasil em diversos setores: toda a cadeia produtiva têxtil, brinquedos, setor ótico, relógios, componentes eletrônicos, aço, geladeiras, navios, fogos de artifício, produtos refratários, máquinas e equipamentos, entre outros.

Ficou também evidenciado que o aumento do consumo no mercado brasileiro nos últimos três anos não gerou aumentos na produção nacional, pois o mercado consumidor foi abastecido por meio de produtos importados, especialmente originários da China, fazendo com que a indústria brasileira não aproveitasse a excelente oportunidade que lhe foi dada.

A título de exemplo, apresentamos alguns dados setoriais comparando o período do primeiro semestre de 2003 com o primeiro semestre de 2006: vestuário: incremento nas importações de 403%, enquanto a produção interna caiu 18,2% no mesmo período; fiação e tecelagem: importações cresceram 403%, e a produção interna apresentou incremento de apenas 6%; calçados:

importações cresceram 289%, e a produção interna caiu 2,76%; máquinas e equipamentos: importações com acréscimo de 698% para um crescimento da produção de pouco mais de 27%; eletroeletrônicos: importações cresceram 606%, e a produção interna apenas 28%, em igual período.

Exportamos para a China principalmente minério de ferro, soja e petróleo e derivados. No caso de Minas Gerais, os artigos de siderurgia têm também participação relevante nas exportações para a China, ou seja, exportamos principalmente produtos de baixo valor agregado. Repassamos nossa matéria-prima e a importamos, novamente, na forma de produtos industrializados, com alto valor agregado. Geramos, pois, empregos e divisas para a economia chinesa em detrimento do nosso mercado de trabalho e do parque produtivo nacional e mineiro.

As conseqüências para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil são: perda progressiva do nível de emprego; perda de dignidade e de cidadania para milhões de brasileiros; fechamento de unidades fabris, em função da agressiva e desleal competição dos produtos chineses; existência de uma prática de “dumping”, patrocinada pelas empresas chinesas e pela política adotada pelo governo chinês, com o objetivo de ganhar competitividade com seus produtos, em mercados consumidores, bem como em países produtores, aí incluído o Brasil, que tem características similares no que tange, especialmente, à disponibilidade de mão-de-obra com baixo nível de especialização, grande mercado consumidor e produção competitiva em áreas de interesse estratégico

para o desenvolvimento chinês; competição desleal dos produtos chineses com a indústria mineira, em função das condições de baixo custo do ambiente produtivo daquele país, comparativamente aos custos inerentes ao ambiente econômico brasileiro (infra-estrutura, custos de capital, tributação, etc.); existência de práticas de descaminho, gerando grande sonegação de impostos e de direitos alfandegários; conseqüentemente, os produtos conseguem valor de venda no mercado interno brasileiro inferior e competem com a produção nacional de forma desleal; falta de incentivo do governo brasileiro aos empresários no que diz respeito aos investimentos fabris; sucateamento do parque industrial mineiro, em médio e longo prazos, reduzindo as empresas da condição de fabricantes à condição de distribuidores da indústria chinesa, como já está acontecendo com algumas empresas, inclusive dentro do Estado.

IV - RECOMENDAÇÕES

A partir do exposto neste relatório e de outras informações obtidas no decorrer dos trabalhos, a Comissão recomenda:

À Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: encaminhar cópia deste Relatório Final para as entidades listadas na página 7; produzir um seminário, em âmbito nacional, em março de 2007, com a presença do futuro Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, convidando todos os secretários de nível estadual e elaborar um documento específico contra a invasão dos produtos chineses; encaminhar cópia deste Relatório Final ao Congresso Nacional, em função do processo de

reconhecimento da China como economia de mercado pelo Brasil, especialmente para melhor avaliação dos riscos envolvidos; encaminhar cópia deste Relatório Final às Assembléias Legislativas do Brasil; encaminhar ofício às Assembléias Legislativas do Brasil para a criação de Frentes Parlamentares Contra a Invasão dos Produtos Chineses.

Ao Poder Executivo Estadual: encaminhar ofício à Secretaria de Estado da Fazenda para que informe o resultado da visita ocorrida em 25/10/2006; encaminhar ofício à Secretaria de Estado de Fazenda para garantir, por meio da fiscalização, o cumprimento da Lei nº 15.777, de 16/6/2004, que proíbe a venda de óculos fora de estabelecimentos especializados; marcar audiência com o Governador do Estado para entrega do Relatório Final da Comissão Especial de Invasão dos Produtos Chineses.

Ao Poder Executivo Federal: encaminhar os ofícios ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: solicitando reavaliar os acordos internacionais de comércio existentes e os acordos em andamento, enfatizando a necessidade de aumentar o acesso a novos mercados para Minas Gerais e para o Brasil, bem como reconsiderar os acordos que venham a pôr em risco as economias estaduais e a economia nacional; solicitando que, por via da diplomacia, seja sugerida a implementação de medidas de controle voluntário das exportações chinesas daqueles produtos que têm causado dano efetivo à produção brasileira e também, junto com outros países da comunidade internacional, sejam envidados esforços de conscientização do governo chinês para a necessidade de valorização do "Yuan"; solicitando adoção de salvaguardas aos produtos brasileiros, com o intuito de evitar a chegada desses produtos com preços prejudiciais à economia brasileira; solicitando imposição de cotas de importações para os diversos produtos exportados da China para o Brasil; solicitando reavaliação dos tetos e das tarifas externas comuns dos produtos chineses que chegam ao Brasil; encaminhar ofício ao Ministério da Fazenda com o objetivo de determinar a

imediate adoção de medida que torne obrigatória a valoração aduaneira das mercadorias ameaçadas pelas importações chinesas e que tenham sofrido aumento exagerado de importações - canal cinza, procedimento que não contraria os acordos internacionais, mas, pelo contrário, encontra-se regulamentado pela Organização Mundial do Comércio; encaminhar ofício ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Receita Federal e à Polícia Federal, solicitando a adoção de rigorosa política de fiscalização da importação clandestina de produtos chineses, evitando o contrabando, o subfaturamento, a pirataria existente e as práticas de descaminho atualmente existentes; encaminhar ofício ao Presidente da República, ao Banco Central e ao Copom solicitando ajustamento das taxas de juros praticadas atualmente, inconsistentes com os custos do parque industrial mineiro; encaminhar ofício ao Presidente da República: solicitando a criação de políticas públicas de investimento e desenvolvimento dos setores empresariais mineiros; solicitando estudos de redução da carga tributária, também inconsistente com os custos do parque industrial mineiro;

- encaminhar ofício ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao Presidente da República e ao Poder Legislativo solicitando a instituição de campanhas educativas sobre os malefícios do consumo de produtos piratas e a respectiva valorização dos produtos nacionais;

- marcar audiência com o Presidente da República e com os Ministros de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e das Relações Exteriores para entregar, em mãos, o Relatório Final da Comissão Especial de Invasão dos Produtos Chineses.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 2006.

Dalmo Ribeiro Siva, Presidente - Paulo Cesar, relator - Doutor Viana.

V - Anexos

Anexo I – Resumo das palestras proferidas

Os textos a seguir foram compostos a partir de trechos das falas dos palestrantes e debatedores que contribuíram para o trabalho desta Comissão. A seleção dos trechos foi feita a partir das notas taquigráficas, sem revisão dos autores. As notas taquigráficas completas encontram-se à disposição dos interessados nos arquivos desta Casa Legislativa.

Os subtítulos deste capítulo não seguem rigorosamente a estrutura cronológica das reuniões, tendo sido admitida a realocação do resumo de algumas palestras para adequação dos temas.

1 - Reunião Ordinária do Dia 17/10/2006 Hora: 10 horas

1 - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Minas Gerais

Sr. Aguinaldo Diniz Filho – Presidente

“Senhores Deputados, como foi dito, em 4 de setembro foi feito um manifesto nacional; no dia 5, também em nível nacional, houve reuniões em várias capitais do País e no interior. Em frente a esta Casa, houve reunião com a presença dos Srs. Deputados que aqui estão e outros, com aproximadamente 3.500 pessoas. Isso foi relevante, pois estavam lá empresários e trabalhadores.

É a união de capital e trabalho sem demagogia, sem sofismas, mostrando o quanto é importante esse fato e o quanto é preocupante essa conjuntura que estamos atravessando. Repito, uma conjuntura injusta, no nosso entender, na nossa visão e percepção.

(...)

Há problemas de portos, contrabando, de reconhecimento da China como economia de mercado.

(...)

O setor têxtil mineiro emprega 200 mil pessoas, em confecção e vestuário, empregos diretos. Temos o coeficiente de 4.5, que podemos multiplicar, e nos será fornecido o número de empregos indiretos gerados, mais de 800 mil pessoas trabalhando na Capital e no interior de Minas. Em quase todas as cidades de Minas, há um pólo de confecção, uma pequena confecção, uma indústria têxtil, a comercialização de produtos têxteis. Não é uma economia regionalizada, mas pulverizada tanto em Minas quanto no Brasil.

(...)

Esta Assembléia poderia ser o arauto, o elemento de contato com os órgãos governamentais federais e estaduais, mas vejo e sinto que a coisa caminha mais para os órgãos federais, obviamente. Mas os órgãos estaduais executivos são de fundamental importância neste debate, nesta jornada.

Se esta Comissão puder extrapolar as fronteiras de Minas, como tenho certeza que fará, chegando ao Congresso Nacional, poderemos, com os Deputados de Minas, com a força política de Minas, com o Governador reeleito com absoluta maioria, com a força do governo de Minas, solicitar uma coisa justa.

(...)

O setor têxtil investiu mais de US\$ 10.000.000.000,00 nesses últimos 10 anos.

(...)

Outro tópico fundamental se refere ao combate às práticas desleais de comércio. É um absurdo o que ouvimos sobre essas práticas. Não podemos continuar dessa forma. Não temos poder de polícia, não somos polícia – nem pretendemos ser -, mas consideramos um absurdo o que ocorre com a importação de produtos.

(...)

Nessa linha mestra, há outro ponto importante que precisamos trabalhar: a possibilidade de desoneração da confecção. Não haverá indústria têxtil forte se não houver uma confecção forte; e não há. O Brasil possui fantástica capacidade produtiva de algodão. Neste ano, devemos produzir 1.250.000 t de algodão.

(...)

Hoje, temos problemas no setor têxtil, na linha branca, no setor de calçados, e haverá problemas relativos ao aço, ao automóvel e aos produtos subsequentes. Estamos vivendo essa dificuldade e, se continuarmos deixando de gerar empregos no Brasil para fazê-lo lá fora, não haverá renda. E, não existindo renda, a população brasileira não terá dinheiro para comprar produtos da China, nem da Iugoslávia, nem de lugar algum.

(...)

...se pudéssemos contar com a cooperação da Secretaria de Estado de Fazenda e da Assembléia - que já contamos, temos certeza -, faríamos esse encontro de contas de ICMS com base na energia. Sei que é um pleito enorme. Sempre fui otimamente atendido na Secretaria de Estado de Fazenda. Sabemos que o problema do crédito de ICMS é algo amplo, a complexidade é maior. Aproveitando o momento de certa dificuldade, não deveríamos deixar passar esta oportunidade...”

2 - Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais - Sindimalhas

Flávio Roscoe Nogueira – Presidente

“Este país não pode prescindir do seu parque industrial, e observamos, em diversos setores, um ataque planejado, estudado ao longo dos anos, por

parte da China, pois chegou à conclusão de que é com a expansão de suas exportações na área industrial que conseguirá dar um salto no desenvolvimento. De fato, estão obtendo sucesso nessa empreitada, e boa parte disso origina-se de sua competência em traçar políticas públicas de desenvolvimento e da nossa inércia em nos defender. Portanto, temos de trabalhar na segunda parte: se não podemos evitar a competência deles, podemos melhorar a nossa na defesa dos interesses nacionais. É o que procuramos ao longo desses últimos 12 meses, período em que esse assunto vem sendo tratado com a maior seriedade, tanto pela parte empresarial quanto pela governamental.

O que podemos fazer definitivamente nesta Comissão? Num primeiro momento, criar uma frente multipartidária para dialogar com os entes federais, que detêm a maior parte do poder sobre a questão. Boa parte dos nossos problemas advém de relações internacionais, que são resolvidos na esfera federal. Podemos criar aqui uma frente multipartidária dos Deputados Estaduais mineiros juntamente com a bancada federal, eleita por este Estado, para pressionar o governo federal, a fim de que as ações sejam efetivamente implementadas.

(...)

A abertura do mercado internacional, à primeira vista, é positiva porque aumenta a produtividade e gera uma série de eficiências em toda a cadeia. Mas é danosa quando feita de maneira predatória, como é o caso da concorrência chinesa, que é uma concorrência desleal, com a existência de subsídios ilegais,

contrabando, subfaturamento e juros subsidiados. ‘Há uma prática desleal de comércio nociva porque não gera produtividade, mas usa benefícios estatais para destruir a concorrência e dominar o mercado’.

(...)

Poderíamos estudar um projeto estadual, no âmbito desta Comissão, que socorra determinados setores, isentando-os de algumas taxas ou tributos, criando fundos de desenvolvimento, como o Proin, o Proind, para investimento, para capital de giro, inovação tecnológica, que já existem, mas focados para o setor. O governo federal recentemente liberou uma verba do FAT para o setor têxtil, voltada apenas para capital de giro. É uma linha liberada pelo BNDES com o Banco do Brasil, o que também pode ser feito em conjunto com o BDMG e as instituições do Estado”.

3 - Sindicato das Indústrias do Vestuário - Sindinvest

Michel Aburachid – Presidente

Rodolfo Sala – Diretor

“Quero apenas alertar sobre algumas empresas de maior porte já estarem produzindo na China. Em vez de lutar, como fazemos, para que a produção permaneça no Brasil, preferiram ajudar o governo chinês a escravizar os chineses.

(...)

Infelizmente, o nosso setor está sendo usado como moeda de troca. O governo federal tem plenas condições de criar mecanismos de defesa do nosso segmento com a maior tranquilidade. Reconhecemos que estamos passando por uma situação de câmbio distorcido. Nesse momento, o governo teria de intervir para proteger as indústrias mais sensíveis a essa situação. No meu entender, o câmbio é o principal responsável pelo que está ocorrendo no nosso mercado”.

4 - Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg

Martha Teixeira Lassance – Presidente

“Não estamos vivendo um problema específico no setor da cadeia têxtil. A cadeia têxtil, com a cadeia calçadista, foi a primeira. Como mostram os últimos 18 meses, as outras estão vindo no roldão.

(...)

Destaco, primeiramente, o crescimento da China. Ela chegou aonde chegou por uma estratégia bem estabelecida e determinada. O mundo parou porque a paralisação da China, que está também em outros mercados, trará um grande efeito geopolítico no mundo. Os chineses estão financiando o déficit americano. Esperávamos que os Estados Unidos, como economia industrializada, reagissem. Teria sido mais fácil para nós.

Eles estão começando pelos setores empregadores intensivos de mão-de-obra. Por isso, o setor têxtil é o primeiro que está desempregando no Brasil afora. Estão agregando valor e pegarão os outros

setores. A estratégia chinesa é a de tomar a sopa pela beirada, utilizando a mão-de-obra disponível a baixo custo e concorrendo no mundo com subsídio.

Há mais de 15 anos, o percentual do PIB aplicado em investimento na China é da ordem de 40%. Isso mostra que essa estratégia é antiga, não é de hoje.

A China já é a 4ª maior economia do mundo. Segundo os dados de junho, do Banco Mundial, está 0,004% acima do Reino Unido, e o Brasil está no 14º lugar. Já esteve no 8º, no 9º e no 11º lugares.

A China está crescendo a 10%, mas o PIB industrial está na faixa de quase 20%, o que representa mais de 50% da economia chinesa. Eles não estão crescendo dessa forma em serviços nem em setor agrícola. Nós estamos crescendo na parte de “commodities”. O comércio internacional da China vem crescendo em mais de 20%.

(...)

Os produtos brasileiros exportados para a China são os de baixo valor agregado. As tabelas estão todas aqui, e chamo a atenção para alguns valores. Crescemos muito em minério de ferro, mas perdemos na soja em grão e em outros grãos. Crescemos em exportação de petróleo e derivados, em razão da produção, e por se tratar de “commodities”. Crescemos na exportação de máquinas, ferramentas e aparelhos elétricos, mas também nesse setor crescemos

uma loucura em importação. Estamos fazendo apenas algumas exportações, em função das nossas próprias importações do material deles.

(...)

Há uma estratégia que, cada vez mais, agrega valor. Temos de chamar a atenção para o fato de as importações não serem feitas, na sua grande maioria, por Minas Gerais, mas pelo Brasil, por isso normalmente nossa reflexão se baseia em números brasileiros. Mesmo assim, de janeiro a setembro deste ano, o crescimento das exportações foi de 43%. Já as importações cresceram 48%. Concluindo: as importações estão crescendo mais que as exportações; todavia, faço a ressalva de que Minas Gerais é o maior exportador de minério de ferro para a China. Houve um aumento de 72% sobre o preço, mas não tanto em quantidade, que, no ano passado e neste ano, teve aumento de 22%. Tudo isso altera profundamente a balança comercial. Exportamos minérios metalúrgicos e produtos metalúrgicos para a China num percentual de 81%. Quando digo que aumentaram as exportações, estou falando sobre aumento nesses setores. Há também um pouco de soja, papel e celulose. É exatamente esse fator que está deixando o dólar no nível em que está. Existe problema de especulação e taxas de juros, mas essa entrada de capital no comércio é que está causando tudo isso.

(...)

Os empregos estão acabando.

(...)

Minha referência é quanto ao primeiro semestre de 2003 e ao primeiro semestre de 2006. As importações de têxteis provenientes da China aumentaram 402%. No mesmo período, a produção interna de vestuário caiu 25%. A fiação e a tecelagem aumentaram as importações em 403%, e a produção aumentou 6%. É claro que o número não é correspondente, estou falando sobre percentual.

(...)

Quero dizer com isso, senhores, que o aumento de consumo da sociedade brasileira, o crescimento do mercado interno, que é o grande ponto forte da nossa economia, está ancorado no aumento das importações. Já perdemos empregos em muitos setores e estamos deixando de ganhar o que podíamos estar ganhando pelo mercado interno. Estamos sendo financiados e alimentados pelas importações. Estou falando só de importação legal, não mencionei pirataria nem nada ilegal. Sabemos que os setores têxtil e de vestuário sofrem com isso mais que outros setores. Calçados e bijuterias também sofrem.

(...)

O setor público e a política brasileira têm de ser acionados, porque o setor produtivo é incapaz de agir sozinho.

(...)

Minas Gerais é o 2º Estado exportador, possuindo uma das maiores correntes de comércio do Brasil. A situação ficará muito complicada, se não levantarmos a voz. São Paulo é o 1º Estado exportador. Já existe uma agregação, mas não há parceria entre o setor público e o setor privado. Peço encarecidamente aos senhores que apóiem o setor produtivo, porque, daqui a pouco, não haverá fábricas nem assalariados para comprar os produtos. Minas Gerais precisará de um grande volume de Bolsa-Família, bolsa isto e bolsa aquilo, pois a tendência será o empobrecimento.”

5 - Companhia de Tecidos Cedro Cachoeira.

Victor Mascarenhas Freitas Borges – Diretor.

Marco Antônio Branquinho Júnior – Gerente de Recursos Humanos.

Victor Mascarenhas Freitas Borges comenta: “Não tenho muita coisa a acrescentar. Temos que tomar algumas decisões conversando com a Secretaria e com a Polícia Federal”.

Marco Antônio Branquinho Júnior salienta: “A estratégia de projeto de nação da China é um exemplo que precisamos entender, e analisar e dele tirar lições positivas, para aplicarmos aqui. Passamos por um momento de necessidade de defesa, de imposição de condições isonômicas de competição, mas não podemos nos preocupar com a defesa pelo resto da vida. Por mais que essa frase seja um jargão, a melhor defesa é o ataque. Se ficarmos o resto da

vida sem expandir a nossa capacidade competitiva, sempre teremos que nos preocupar com a nossa defesa”.

6 - Companhia de Tecidos Tear Têxtil Indústria e Comércio Ltda.

José Canuto de Oliveira – Diretor.

“A indústria têxtil já está sufocada com as importações de produtos chineses. Como a Martha disse, daqui a pouco, o nosso Estado estará paupérrimo, porque não teremos condição de produzir nada.”

7 - Companhia de Tecidos Fabril Mascarenhas.

José Henrique Mascarenhas – Diretor.

“Na realidade, como o assunto já foi bastante debatido e bem consubstanciado pelos representantes do Sindicato e da Fiemg, nada tenho a acrescentar.”

8 - Companhia de Tecidos Horizonte Têxtil Ltda.

Pollyanne Lessa Boczar – Diretora.

“Acredito que o assunto já tenha sido bem debatido e exposto. A Martha apresentou vários números. O que vivemos no dia-a-dia é um sofrimento decorrente desses números apresentados. Coloco-me à disposição dos senhores, a fim de contribuir para os trabalhos desta Comissão.”

9 - Secretaria de Estado da Fazenda.

Antônio Caetano Jacinto Lemos – Assessor de Legislação Tributária.

“A nossa presença tem o objetivo de marcar a posição da Secretaria de Estado da Fazenda. Na época da guerra fiscal entre os Estados, nunca tivemos uma posição de ataque, mas de defesa. Confirmamos que a disposição de defendermos as empresas mineiras continua, porque é uma importante bandeira do Governador do Estado e do nosso Secretário. Estamos dispostos a estudar as proposições, que também são submetidas à apreciação da Assembléia. Estudaremos o que poderá ser feito para minorar esse problema.

Lembramos o que já foi dito, ou seja, especialmente essa questão da China extrapola um pouco a nossa competência, porque é fruto de política externa. Além disso, não atuamos diretamente na alfândega. Somos limitados em muitos aspectos, mas naquilo que estiver no âmbito da nossa competência, sem dúvida, estaremos dispostos a ouvi-los, a fim de trabalharmos juntos.”

2 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/10/2006 HORA: 10 horas

1 - Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de Minas Gerais -
Siref-MG

Aníbal Camilo Togni – Vice-Presidente

Viviane Barreto de Azevedo Lamego

José Otaviano Junqueira

“Destacamos que o Estado de Minas Gerais é o maior produtor de refratários, em decorrência de ser o maior produtor de aço e de cimento do País. O material refratário é indispensável para as indústrias de aço, cimento, vidro e outras que usam o fogo em seu processo de operação.

Diante da invasão dos produtos chineses, notamos que algumas empresas têm adquirido produtos da China com custo cerca de 50% a 60% abaixo do preço de mercado do nosso produto. Com a valorização do real em relação à moeda estrangeira, nos últimos dois ou três anos, a competitividade do produto nacional para a exportação tem caído sensivelmente. Está havendo maior facilidade para a importação. Há supervalorização do real no País e subvalorização do yuan na China.

Paralelamente a isso, a política chinesa é de “dumping”. Nos setores onde o material chinês é fornecido como matéria-prima, tem-se notado que é fornecido por preço baixo até certo ponto, mas depois... Algumas indústrias - em Minas, a Companhia Brasileira de Bauxita e a Santa Lucrécia - deixaram de produzir bauxita e fecharam, porque a bauxita chinesa chegava aqui com preços vantajosos. Uma no Pará e outra no Jari fecharam, deixando de fornecer matéria-prima à indústria de refratários nacional.

A China passou a taxar essas matérias-primas com valor mais alto e deixou de taxar o produto acabado que entra no Brasil, com facilidades com que a matéria-prima não entra. Eles já se consideram senhores do abastecimento de bauxita própria para refratários no Brasil. Não se fala aqui da

bauxita metalúrgica, de alto ferro, usada para a indústria de alumínio e outras, de que temos ainda certo domínio. Já existe suprimento de bauxita eletrofundida para o Brasil.

(...)

Não temos condições de resolver todos os problemas relativos à tributação e à importação de produtos, pois isso dependerá do órgão central de Brasília. Houve intenso trabalho político e técnico do povo mineiro, que sempre lutou para defender os interesses do nosso Estado e do nosso país, desde o início da nossa independência. Muito podemos fazer para obter aquilo que é necessário para o povo mineiro e para o Estado de Minas Gerais.”

Acrescenta Viviane Barreto de Azevedo Lamego:

“Sobre o mercado de refratários, a concorrência predatória da indústria chinesa de refratários levou a Corte europeia a criar proteções alfandegárias que variam de 11,2% a 66%. Essa sobretaxa varia de acordo com a empresa que vai efetuar a exportação.

(...)

Muito nos preocupam também os impactos dos acordos bilaterais que existem entre a China e o Chile, o que faz com que seja possível trazer esses produtos chineses para o Chile com tarifa praticamente zero.

(...)

Quero falar um pouco sobre a dificuldade que temos hoje com os mecanismos de defesa comercial existentes. O Sindicato da Indústria de Refratários utilizou o Decreto nº 5.556, de 2005, que instituiu a salvaguarda transitória contra a China. Pelos diversos levantamentos que fizemos, há uma série de dificuldades de reunir todas as informações de um setor. Se no setor de refratários já foi difícil, imagine num setor mais pulverizado. São solicitadas muitas informações detalhadas. O Dr. José Otaviano tem amostra do material que fizemos para darmos entrada da petição no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em seguida, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nos informou que não tem capacidade para efetuar essa análise, nem conhecimento técnico nem pessoal disponível. Estamos falando de poucos pedidos de salvaguarda, das poucas petições que deram entrada no Ministério. Imaginem se ocorre uma movimentação nacional e todos resolvem fazer sua petição para salvaguarda. O Ministério não tem capacidade para fazer essa análise e dar uma resposta para os setores.

O segundo ponto é o outro instrumento de defesa comercial que temos: a medida “antidumping”. Parece que esse é o caminho mais aconselhável para os setores que tiveram danos, mas também é um processo longo, caro, que demanda tempo para juntar todo esse tipo de informação. Muitas indústrias não poderão esperar todo esse tempo para ter uma resposta.

O terceiro ponto, que, aliás, o Siref-MG levantou, é a solicitação da imposição do Imposto de Importação para tijolos e produtos refratários no teto

máximo da tarifa externa comum, ou seja, 35%. Foi o acordo que fizemos na Organização Mundial do Comércio. É importante mencionar que isso tem caráter temporário, porque a cada seis meses ocorre a entrada e a saída de setores. Se não me engano, há uma lista de 100 produtos que podem entrar na lista de exceção da tarifa externa comum. Pelo que foi acordado no âmbito do Mercosul, a tendência é cada dia diminuir a quantidade de itens presentes nessa lista de exceção. Só queria demonstrar o problema que temos, a nossa dificuldade entre os mecanismos de defesa existentes em âmbito federal e a necessidade de apoio.”

Salienta José Otaviano Junqueira:

“Numa situação extrema de descontinuidade, ainda que não seja de todas as linhas de produto, há risco de atraso tecnológico para o País. A indústria de refratários trabalha com muita intimidade com setores básicos da economia, principalmente a siderurgia e o cimento. Essa indústria trabalha muito com tecnologia. A descontinuidade pode gerar atrasos irreparáveis no desenvolvimento de um tipo de indústria para a qual o Brasil parece ter grande vocação: a produção de aço. Daí a importância de mecanismos para manter a saúde do segmento.”

2 - Sindicato do Comércio Ótico de Minas Gerais

Paulo Cançado Gonçalves

“O País chegou a ter 300 fábricas de armação. Hoje não chegam a 35. Cerca de 80% dos produtos são importados. A indústria sofre a concorrência predatória do mercado chinês. São importadas diversas toneladas de óculos a R\$0,80 o quilo, e os impostos são pagos sobre esse valor. Para cada 1 milhão de óculos que entram no País de forma ilegal, perdem-se 1.200 empregos diretos. Para cada unidade vendida por R\$13,00 nos camelôs e feiras-shops, R\$9,00 são sonegados em impostos.

O contrabando de óculos no Brasil saltou de 29,3% em 2000 para 55% em 2005. Em 2004, foram vendidos 31,8 milhões de unidades, sendo 22,5 milhões de óculos de prescrição e 9,3 milhões de óculos solares. Em 2005, foram vendidos 29,7 milhões de unidades, sendo 24 milhões em óculos de prescrição e 5,7 milhões de óculos solares, ou seja, uma venda 61% menor de óculos solares e 7% menor de prescrição. Em 2005, pasmem, 45 milhões de óculos solares vieram da China, enquanto a fabricação no Brasil foi de 2 milhões. Em 2005, entraram 21 milhões de óculos de prescrição chineses, enquanto se fabricaram 3 milhões no Brasil. A pirataria levou a indústria brasileira a uma drástica redução na venda de óculos de sol.

Na França, há 30 mil fiscais nas fronteiras e nos portos. No Brasil, há pouco mais de 3 mil.

Em Minas Gerais, existem 4.470 óticas, das quais 1.300 estão na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O setor gera, no Estado, 19.000 empregos diretos e 5.500 indiretos.

Para encerrar, gostaria de fazer um apelo às autoridades presentes: que se faça cumprir a Lei nº 15.177, de 16/5/2004, que proíbe a venda de óculos fora de estabelecimentos óticos. Óculos são uma questão de saúde pública e devem ser comercializados por especialistas. É um pedido que a classe faz aos Deputados.”

3- Conselho Regional de Ótica e Optometria de Minas Gerais

Édmo de Oliveira Santos – Presidente

Geraldo do Espírito Santo Freitas – Vice-Presidente

Comenta o Presidente Édmo de Oliveira Santos: “Também gostaria de sugerir ao Deputado que verificasse a tributação do ICMS sobre o produto ótico no Estado”.

Salienta o Vice-Presidente Geraldo do Espírito Santo Freitas: “Posso afirmar que 90 milhões de pessoas, dos aproximadamente 180 milhões de habitantes que temos hoje no Brasil, têm compensação visual, ou seja, fazem uso de óculos. E existe um mercado potencial de mais 90 milhões. Se deixarmos o produto chinês invadir esse mercado, como vem fazendo, não teremos controle sobre a venda, que, posso dizer, vem sendo feita de maneira vulgar, por camelôs ou em bancas e passeios. No campo dos que atuam com a saúde visual - que se refere a um dos órgãos mais importantes do nosso organismo -, estamos sem saber das providências que serão tomadas em relação a essas medidas e que devem ser urgentes. A visão é muito importante, e temos

de cobrar sempre da vigilância que fiscalize, para que a população tenha mais saúde visual”.

4. Sindicato Sindiótica

Régis Lobato - Representante

Waldemar Lacerda – Representante

Paulo Cançado Gonçalves - Representante

Régis Lobato diz: “Ratificando as palavras dos que me antecederam, quero observar que 80% dos 15 presentes estão usando óculos - os outros certamente têm guardados seus óculos esportes. Ou seja, é um produto de íntima ligação com todos nós. Ora, sabemos do problema da camada de ozônio, e as lentes têm um tratamento de proteção contra os raios ultravioleta. Agora, se o produto é vendido de forma pirateada e sem controle algum, ficamos todos expostos à sua má qualidade. Em sua produção, não se preocupam, por exemplo, com os componentes da armação, usando sem responsabilidade e em excesso materiais nocivos à pele, como o níquel e outras partículas. Enfim, tão ou mais grave do que o problema econômico é o problema da saúde.

(...)

Após o fechamento de uma indústria ou de um comércio, não adianta socorrê-los. Concordo com a sugestão do Sr. Aburachid de buscar soluções locais rápidas, imediatas. Algumas delas, como por exemplo esse encontro com

a Secretaria de Estado da Fazenda; a valoração aduaneira, que é um expediente correto; e a regulamentação da lei de sua autoria, Deputado, que nos dará as ferramentas para atuação imediata e eficaz, sem prejuízo das atuações de longo prazo, são factíveis. Podemos enumerar algumas sugestões de impacto e de solução que só dependem da autoridade local, que, afinal, é tão vítima quanto nós.”

Comenta Waldemar Lacerda: “Esses produtos são esparramados pelo mundo inteiro, não se tratando, portanto, de um fenômeno só brasileiro. A China teve um desenvolvimento muito grande nos últimos 10 anos e domina o mercado em quase todos os setores. A alta tributação de produtos em outros países levou-a para esse caminho. Produz muito barato os produtos que a sociedade utiliza no mundo afora, como eletroeletrônicos, automóveis, óculos e tantos outros.

Então, se as autoridades não tomarem iniciativa, muitos empregos vão acabar pelo mundo afora. Daqui a 10 anos será um país tão forte que poucos países poderão competir com eles.”.

Paulo Cançado Gonçalves diz: “Somos taxados em 120% sobre armações, e esse imposto é pago antecipadamente, quando o produto sai da fábrica. Óculos são moda. Portanto, não conseguimos mantê-los em nossa vitrine por mais de dois ou três meses, em função de saírem de moda e, logo em seguida, aparecerem outros modelos. Estamos arcando com um prejuízo muito grande. O setor já não está agüentando. Vários lojistas já estão no mercado

financeiro buscando dinheiro para pagar o imposto, atrasando salários de funcionários e alguns outros pagamentos.”.

5 - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg

Pedro Parizzi – Assessor Parlamentar

Alexandre de Brito Santos – Assessor

Sérgio Birchall – Gerente de Economia

Pedro Parizzi informa: “Sugerimos, como continuação ou encerramento desta Comissão, um seminário, em âmbito nacional, em março de 2007, com a presença do futuro Ministro de Indústria, Comércio e Exterior, com o Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais, para elaborarmos um documento em nível nacional. Mais uma vez, Minas sairá na frente com um documento oficial, representando a nossa preocupação com esse mercado emergente e perigoso, que é o chinês. A Federação das Indústrias fica à disposição da Assembléia Legislativa e de todos os sindicatos. Acho que é o momento de trabalharmos juntos e de todos os setores se unirem, mesmo que haja algumas dificuldades.”.

Alexandre de Brito Santos diz: “É preciso fazer uma separação em relação aos marcos com que estamos trabalhando: o legal e o policial, que é exatamente a questão do contrabando. Para esse último exige-se policiamento de fronteiras e outras iniciativas.

(...)

As tarifas de vários produtos variam em torno de 0% a 35%, e a nossa média no Mercosul é de 11%. O Brasil pode elevar essa tarifa até 35%. Trata-se de um direito dele e que não afrontará nenhum acordo internacional, pois depositou essa garantia na OMC e pode usufruí-la quando houver problemas, como o de abastecimento ou como o de competição ilegal. Isso é uma decisão política que pode ser tomada de forma administrativa.

Aliás, trata-se de uma decisão política, que pode ser tomada de forma administrativa, ponto que gostaria muito de destacar. Temos a possibilidade de elevar essa tarifa para 35%.

O segundo item é o seguinte: hoje, a nossa Receita Federal conta com um instrumental e uma capacidade de trabalho muito bons para fazer a fiscalização aduaneira. Gostaria de sugerir que todos os setores ameaçados - já fizemos essa recomendação - solicitassem, com o apoio político desta Casa, que os produtos que sofrem competição acirrada, oferta de preços bastante reduzidos, caíssem no que chamamos de canal cinza, que é a Receita Federal exigir, fazer a conferência do documento, a conferência física da mercadoria e a valoração aduaneira, que impede esse tipo de procedimento de venda de armação a R\$0,60. A Receita tem condições de calcular o valor normal, o que permitiria esse produto entrar no País com um valor próximo à realidade.

Sabemos que as condições de competição na China são diferentes, mas, de qualquer maneira, o setor têxtil nos prova que os preços dos produtos que saem dos portos chineses são diferentes daqueles que ingressam no Brasil. O Flávio, nosso Vice-Presidente, e o Michel já mostraram, por meio de pesquisa da Abit, que os preços de exportação da China são diferentes dos preços de importação do Brasil. Quer dizer, está havendo algo errado nesse processo. Devemos apurar isso.

Portanto, a valoração aduaneira é um instrumento importante, que podemos levar adiante.”.

Sérgio Birchal comenta: “A Fiemg não defende proteger indústrias que não sejam competitivas - a indústria têxtil, por exemplo, é extremamente competitiva -, mas uma isonomia de concorrência. É claro que há uma série de outros fatores, como tributação, falta de infra-estrutura - o que, talvez, não seja pertinente agora -, bem como outras questões. Conforme disse o Alexandre, a concorrência deve dar-se de igual para igual, de maneira que as indústrias sobrevivam e não morram em função de incentivos que fogem à isonomia da concorrência.

É fundamental que levemos em consideração essas questões para que a indústria brasileira, especialmente a mineira, tenha condições de concorrer em igualdade de condições, haja vista a sua grande competitividade em vários setores, quando olhamos as empresas do portão para dentro. Do portão para fora, a situação fica mais complicada, e as empresas estão sendo obrigadas a

fecharem suas portas ou a se transformarem em meros distribuidores, como ocorreu recentemente com a empresa Suggar, de Minas Gerais, que transferiu sua produção para a China, transformando-se em simples distribuidora de eletrodomésticos no Brasil. Isso é muito ruim para nós. Sabemos que se trata de um processo artificial. É claro que a China tem grande competência, mas, em vários aspectos, há um processo artificial de manipulação de mercado, com o que a Fiemg não concorda e não ficará passiva diante disso.

Queria falar sobre um terceiro ponto e encerrar essa questão. Há outros processos de análise, inclusive dos setores ótico e de refratários, no Departamento de Defesa Comercial, órgão responsável pela avaliação e determinação do dano. No meu entendimento, se isso não for feito por meio de análise de “dumping”, não teremos progresso nessa área, porque a salvaguarda, em que os processos estão calcados, é uma decisão unilateral do País. E o governo pesará muito bem essa decisão. Diria que, se quisermos levar adiante processos contra importações de produtos chineses, teremos de fazer pesquisas e abrir processos de “dumping”, o que é muito custoso. Não é fácil levantar dados. Muitas vezes, o setor não está incluído na pesquisa nacional.

(...)

Gostaria muito de sugerir, primeiramente, a alíquota, um fácil procedimento administrativo, e, em segundo lugar, uma fiscalização aduaneira que possa atingir os segmentos mais ameaçados pela concorrência. Nós, da Fiemg, principalmente os da área de defesa comercial, estamos abertos e, nesse

processo, estamos trabalhando com o pessoal do setor de refratários e outros, como o de fogos de artifícios. Estamos abertos a apoiar esses setores industriais porque, hoje, trata-se dos setores de armação e de refratários, mas amanhã poderão ser outros, como o de vestuário, o setor têxtil. Daqui em diante, a conta só engordará.

(...)

Há uma série de medidas a serem tomadas em curto prazo, a fim de resolver o problema dessas indústrias. Mas, ao lado disso, deveriam ser tomadas medidas de longo prazo, que garantissem a competitividade, a isonomia de concorrência das indústrias brasileiras em relação às de outros países. Entre esses fatores, que considero importantes, encontra-se a proposta de reforma tributária. O Estado de Minas Gerais deve buscar, por intermédio do Secretário de Fazenda, a agilização dessa proposta. A informação que obtive da indústria têxtil foi de que pagam de 50% a 60% de impostos sobre o valor agregado da produção. Isso distorce completamente a lógica econômica e a capacidade de competitividade das indústrias brasileiras. Portanto, a reforma tributária é fundamental, e o governo do Estado, nisso, dever-se-ia empenhar de forma incisiva, criando um imposto sobre o consumo, e não sobre a produção.”

6 - Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais -
Sindimalhas

Fernando Matos - Presidente

“Quero apenas apresentar alguns dados da indústria têxtil. Hoje somos o segundo maior empregador da indústria de transformação do País, com a geração de 1.500.000 empregos diretos - já chegamos a quase 2 milhões de empregos.

Como foi dito, considero muito importante a indústria nacional se mobilizar e unir-se em torno dos temas que abordam a invasão de produtos chineses, porque vários deles são comuns a diversas indústrias. Cito a questão da infra-estrutura do País, que encarece a distribuição dos nossos produtos; os problemas logísticos; a alta carga tributária; a burocracia; o câmbio; as leis trabalhistas complexas e demasiadas; enfim, vários temas comuns às diversas indústrias. Se nos unirmos para discuti-los, com certeza ganharemos mais força e atingiremos os objetivos.

Como foi dito, realmente existem diversos indícios de “dumping” e subfaturamento dos produtos chineses. Se analisarmos o que sai da China e o que entra no Brasil, veremos que há grande divergência nos números apresentados. Há também índice de falsificação de classificação fiscal dos produtos, de origem dos produtos e de faturas.”

3 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/11/2006 HORA: 10 horas

Sindicato Patronal das Indústrias Mecânicas de Joinville e Região -
Sindimec

Petrônio Machado Zica – Presidente

“Em nosso ver, o assunto já foi amplamente discutido no Sindicato. A China não está errada. Quem está errado, há muito tempo, é o sistema de negócios brasileiro. Um problema que agrava mais ainda a situação se refere aos pedidos de isenção fiscal do Imposto de Importação, do IPI, das taxas alfandegárias, etc., por parte das indústrias. Essas isenções são normalmente concedidas pelo governo em razão da importância dos investimentos. Por exemplo, a Companhia Siderúrgica do Atlântico, em implantação no Estado do Rio de Janeiro, fez investimentos de aproximadamente US\$3.000.000.000,00 para uma produção estimada de 4 a 5.000.000t de aço. Ela pleiteia essa isenção para uma série de equipamentos que poderiam ser fabricados no Brasil. Com certeza, alcançarão o intento porque há grande pressão política sobre as autoridades federais. As indústrias brasileiras, equipadas e preparadas para fabricar esses equipamentos, serão preteridas em favor das indústrias chinesas.

Outro problema que enfrentamos no Brasil é que os grandes detentores de tecnologia para fabricação de equipamentos montam empresas praticamente fantasmas no nosso país. Eles vêm, vendem diretamente para as indústrias locais e depois importam a maioria dos equipamentos. Trata-se de um problema a ser debatido para que sejam apontadas soluções. Mas o principal problema, em meu ver, no qual o sindicato começa a trabalhar, principalmente em nível federal, é tolher a concessão de ex-tarifários e isenção de impostos. Esse é o tópico para o qual peço a atenção dos senhores, pois, caso contrário, as indústrias mineiras fecharão e os empregos irão para a China.

Gostaria, por outro lado, de falar a respeito da Petrobras, que está dando um exemplo de contratação de equipamentos no Brasil.

Ela terá um plano de investimento de mais US\$100.000.000.000,00 até 2010, 2011 e está comprando 65% desse equipamento no Brasil. Essa é a posição correta de uma empresa estatal para beneficiar as indústrias estabelecidas no Brasil.”.

2 - Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos - Abrinq

Franklin de Melo Neto – Assessor da Presidência

“O setor de brinquedos é um dos principais prejudicados pelas importações chinesas. Farei um breve relato e, depois, ficarei à disposição para esclarecimentos adicionais.

No Brasil, o quilo do brinquedo - é estranho falarmos assim, mas, em nível internacional, o brinquedo é tratado por quilo, assim como a maioria dos produtos - tem o referencial do próprio Ministério da Indústria e Comércio, através do radar comercial, e custa US\$10,00. Há cerca de três anos, em 2003, o quilo estava entrando no Brasil por menos de US\$2,00 e, em algumas alfândegas, por menos de US\$0,10. Assim, a Abrinq resolveu colocar o pé na estrada para tentar solucionar essa questão, e fomos muito bem recebidos pela Receita Federal. Levou-lhe informações e passou a visitar as alfândegas. Com isso, conseguimos - apesar de ainda estarmos um pouco distantes do nosso objetivo, que é o custo internacional, US\$10,00 - chegar a US\$6,00, US\$7,00 o

quilo de brinquedos, embora algumas alfândegas ainda pratiquem o preço de US\$3,00, US\$2,00, US\$1,00 o quilo.

Os importadores são muito espertos e muito ágeis. Em 2005, trabalhando no mercado de brinquedos, foram autuados 280 importadores. A Receita Federal conseguiu flagrar 136 deles com fraudes nas importações e aplicou-lhes mais de 546 processos, os quais resultaram na apreensão de quase 500 contêineres de brinquedos.

Nessa minha introdução, também gostaria de deixar claro que a China é competente. A indústria nacional deve preparar-se ou adotar os mecanismos de proteção de que dispomos, que são os mesmos em âmbito da OMC. Mas o grande problema, não só no setor de brinquedos, mas em outros que acompanho - também faço parte do Fórum de Combate à Pirataria -, é a questão das irregularidades nas importações. De acordo com o Custo Brasil, as empresas brasileiras que produzem aqui recolhem todos os impostos, ao passo que se pode importar um produto chinês, por exemplo, pagando 5% do imposto devido e entrando regularmente, com documentação e tudo. É isso que não podemos admitir.

(...)

Deixem-me dar uma visão geral do que acontece hoje nas alfândegas. Cerca de 80% do que entra no Brasil passa pelo chamado canal verde.

(...)

No canal verde, acredita-se no que está escrito e no que está dentro do contêiner. E não poderia ser de forma diferente pelo grande fluxo de comércio, tanto de importação quanto de exportação. Existe o canal amarelo, em que se verifica a documentação, vê-se o que está escrito, o qual abrange cerca de 11%, 12% das importações. E existe o canal vermelho, pelo qual se verifica a documentação e o contêiner. Esse já é mais restrito: cerca de 4% a 5% do que entra no Brasil é realmente verificado.

Ainda existe o canal cinza. Esse é um caso mais grave, porque a Receita realmente não tem mão-de-obra para isso. Verifica-se, além da documentação e do conteúdo do contêiner, a empresa, a capacidade da empresa. Esse canal foi usado em alguns casos da área de brinquedos com grande sucesso.

(...)

Existe um “site” do Ministério da Indústria e Comércio que se chama Alice-Web. É um “site” muito interessante, mas não sei se tão conhecido do setor empresarial.

Informa mensalmente a ocorrência das importações e diz em que porto estão sendo desembarçadas. Mas, a essa altura, o produto já entrou no País. A Abrinq tem acompanhado o processo fazendo visitas de esclarecimento às alfândegas e levando informações sobre o custo de brinquedos. As alfândegas passam a monitorar o produto, mas, mesmo assim, o importador acaba burlando.

Em 2004, em Foz do Iguaçu, a Receita Federal fechou a importação de 20%, em peso, dos brinquedos que entravam no Brasil a U\$0,50 o quilo. E não era importação do Paraguai, mas da China, que passava pelo Chile e vinha, por via rodoviária, para o Brasil. Fez-se uma grande operação e uma grande apreensão. Num só dia, a Receita apreendeu 30 carretas de contêineres com brinquedos. Os importadores que utilizavam esse expediente passaram, então, a se utilizar de alfândegas alternativas.

Em São Borja, o pessoal não conhece essa problemática dos brinquedos e, para evitar trabalho, deixa tudo passar. Em Dionísio Cerqueira, alfândega que fica na divisa entre Paraná e Santa Catarina, entram também brinquedos e outros produtos de maneira geral. Os importadores são inteligentes e bem informados e, quando ficam sabendo que determinada alfândega está atenta para um produto, mudam de alfândega para escapar de um canal verde, amarelo ou vermelho.

A Receita Federal está inteiramente receptiva às informações que o setor empresarial lhe leva. Ela considera a questão com seriedade. Prova disso são os números que lhes passei da Abrinq.

Graças à ação da Receita, o setor de brinquedos reverteu o quadro de demissões sucessivas nesta década. No final da década passada, empregava 30 mil trabalhadores, número que veio decaindo ao longo dos anos. No ano passado, houve uma melhora, estabilizou-se o quadro de funcionários, e houve

aumento de 2% na mão-de-obra. Atualmente, 20 mil pessoas trabalham no setor de brinquedos.

(...)

Vale também considerar a rota de Paranaguá a Paraná e a Itajaí e São Francisco do Sul, que fica entre os dois portos. Embora o pessoal da Receita esteja muito atento a essas entradas, tem havido muitos problemas com importadores mal-intencionados.”.

3 - Indústria de Forjados S.A. - Açoforja

Rodolpho Henriques Furtado Júnior – Gerente Comercial

“O Dr. Petrônio falou sobre a falência da indústria mineira. A Açoforja é uma forjaria pesada, que fabrica uma série de produtos para vários segmentos do mercado nacional e para exportação, por isso temos um nicho de mercado muito grande. Nossa participação é ampla. Um dos nossos mercados potenciais é a ferrovia, já que somos fabricantes dos eixos ferroviários para vagões e locomotivas.

No Brasil, há duas empresas qualificadas para fabricação desses eixos ferroviários: a Açoforja e uma outra empresa em São Paulo. Todavia, há um ano, a Açoforja saiu desse mercado e não fabrica mais eixo ferroviário, uma vez que a China entrou no mercado, e seu preço é simplesmente a metade do da Açoforja. Temos esse segmento paralelo dentro de nossa indústria. Hoje

estamos com essa fabricação parada porque as condições de competição são mínimas. Os chineses estão chegando, e não estamos vislumbrando nenhuma saída.

Até pensamos em montar uma empresa fora do Brasil para comprarmos matéria-prima lá fora, que seria trazida para este país e, em seguida, vendermos o eixo ferroviário. Imaginem só a loucura: uma empresa do Brasil pensar em montar um escritório fora de seu país a fim de comprar de uma empresa nacional. Era isso o que tinha a comentar.”.

4 - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq

Lincoln Aires Pacheco – Representante

“Observamos, por meio desse estudo da Abimaq e da Marrone, e como o nosso companheiro da Abrinq disse, que os chineses são de fato competentes. Eles criaram um ambiente econômico e político propício ao desenvolvimento das suas indústrias dentro de um plano e de uma política industrial, que elegeram como significativos. Essa política industrial, que já vem sendo implementada há cerca de 17 ou 18 anos, tem oferecido um resultado que hoje assusta o mundo todo. Eles atacam todos os consumos. Atualmente atacam na área dos equipamentos, com tecnologia.

O nosso setor, bens de capital por encomenda, gerados por encomenda, que atende siderurgias, mineração e “n” indústrias da área de base, sofre

terrivelmente com as importações chinesas, que começaram timidamente, como já mencionado. Diziam 1%, 0,5% do valor, não é nada. Todavia, rapidamente eles foram ocupando os 40%, 50%. Daqui a pouco, será 100% do mercado. Tudo tem uma origem, que, nesse caso analisado, é fundamentalmente o ambiente da China para se produzirem as coisas.

Os maus importadores que praticam fraudes, a falta de fiscalização e o despreparo de nossa estrutura importadora redundam na quebra geral e na escassez dos empregos. Eles têm competência, mas nós também temos. Se conseguirmos as mesmas ambiências que eles possuem para produzir, asseguro aos senhores que também teremos uma invasão dos produtos brasileiros no mundo. Porém, atualmente, temos dificuldade para vender até no mercado local. Isso precisa ser verificado com muito carinho. A ambiência como um todo é o que nos atrapalha. Precisamos da atuação da alfândega e da Polícia Federal e de uma legislação propícia para produzir. Temos de criar um ambiente próprio para que isso aconteça no Brasil.”

5. Setor hoteleiro

André Perugin – Representante

Saete Perugin - Representante

Segundo André Perugin: “Não tenho números para apresentar, mas saliento que o preço da mão-de-obra chinesa é incomparável. Quanto ao fio chinês, que é a base na produção de malhas, também não se pode comparar com

o nosso, porque é de 50% a 70% mais barato. Somos do Sul de Minas, mas sabemos das dificuldades que a região de Franca vem enfrentando com os calçados. Nosso ramo de hotelaria também sofre as conseqüências, pois, se a pessoa não está praticando o comércio, ela não irá até nossa cidade para hospedar-se.

Temos de ressaltar a importância desta reunião. Acompanhamos a movimentação do Deputado Dalmo e dos demais Deputados em relação a isso. Levarei para minha terra a constatação de que vocês estão empenhados nisso. A situação é preocupante, e, se nada for feito em curtíssimo prazo, nossa região estará totalmente comprometida com suas malharias e com o ramo de hotelaria.”.

Segundo Salete Perugin: “A China tem todos os tipos de malhas. No inverno, eles têm a malha sintética, que as pessoas compram muito. No verão, a China apresenta outro tipo de malha. Nossa malha não consegue competir com as malhas chinesas. Temos de fazer alguma coisa para fechar esse comércio porque não conseguimos competir com ele. Não é que a cidade não tenha outro tipo de fio ou que tenhamos de mudar o tipo de fio, fazemos de tudo, mas não conseguimos porque o tipo com que trabalham é inferior, porém, eles têm como fazer essas malhas. Não conseguimos o tipo de tecido. Mesmo com máquinas importadas, lutamos muito, mas não alcançamos a qualidade de suas malhas, que, afinal de contas, não é boa. O nosso tipo de fio é bom, porém, mais quente.

Eles trabalham com um tipo de fio que não funciona, pois o tecido estraga ao ser lavado.”.

6 - Sindicato das Indústrias do Vestuário - Sindinvest

Rodolpho Salla – Representante

“Continuamos brigando. Estamos participando das discussões desde a primeira reunião. Já realizamos outras, sempre com o interesse de fazer esse tipo de trabalho.

Passamos para uma pesquisa junto às confecções que estão sendo mais afetadas. Por coincidência, estivemos outro dia na Secretaria Estado da Fazenda, e um dos nossos Diretores chegou mais cedo ao encontro. Reunimo-nos no “Assacabrasa” para tomar uma Coca-Cola e começamos a conversar. Ele estava com um terno adquirido em uma loja de Belo Horizonte. Disse que acabara de comprá-lo, não fazia um mês. Quando mostrou o terno, a costura estava toda estropiada.

Quer dizer, o próprio segmento de confecções começa a nos perguntar como foi a reunião e o que deve ser feito. Entendemos que muitas das soluções que os confeccionistas nos pedem estão na esfera federal. O esforço da esfera estadual é reconhecido, e eles pedem que façamos uma campanha junto à opinião pública, envolvendo os segmentos afetados. Seria assim, na visão deles: não consuma produto importado, valorize o nacional, feito por mãos brasileiras.

Estamos notando esse tipo de emoção, como a adesão ao trabalho que está sendo feito na Assembléia.”.

7 - Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg

Martha Teixeira Lassance – Presidente

“Nós não mencionamos na reunião anterior, mas é muito importante termos em mente que, além dos setores que, percebemos, sofrerão o mesmo problema que discutimos aqui - siderurgia, automotivo, autopeças, os que ainda não estão no rol, cujos números ainda não demonstram isso -, outros países estão seguindo a trilha da China. Se hoje esta Comissão é sobre a China, amanhã será a respeito da Índia, depois da Rússia. A trilha é a mesma. Eles estão tomando como exemplo os mesmos valores que hoje predominam na economia chinesa e a mesma filosofia: mão-de-obra barata, treinamento, tomar sopa pela borda no início, sem tecnologia, copiar, subsidiar, interferência do governo.

O governo chinês tem duas vertentes: a de economia de mercado e a de economia fechada. Existe empresa lá que é tratada como economia de mercado, enquanto outras são apoiadas pelo governo, que dá energia, dá isso, dá aquilo. São duas vertentes. As duas se misturam, e ninguém consegue determinar nem o número. Isso gera esse processo.

(...)

Acho que é muito importante termos em mente que os setores produtivos não conseguiram fazer a cabeça da opinião pública. Quando falamos que estamos sendo prejudicados pela conversão do dólar e por uma série de medidas, temos que ver também que o Brasil aumentou as exportações. A China é um exemplo típico disso. Estamos aumentando as exportações para a China. Neste ano, aumentamos a exportação em 34% e a importação em 46%, mas o grande ponto é que dentro da própria sociedade não há uma visão unânime dos efeitos da China, porque os exportadores de “commodities” estão altamente interessados em manter a defesa da China. Com isso, eles tiveram ganho de preço, grande quantidade e um mercado cativo. O que ainda não foi percebido é que vamos nos tornar exportadores exclusivos de “commodities” de produtos agrícolas e alimentares, vindo em seguida a defesa do mercado chinês contra os produtos alimentares, como faz o Japão, que é a filosofia do mercado asiático.

(...)

O Brasil fez um reconhecimento de economia de mercado e já está pagando muito caro. Essas medidas de proteção na receita são importantíssimas para se resolver problema em curto prazo e tentar dar uma paralisada ou minimizada, mas não servem para o médio prazo. Acho que as medidas são muito mais abrangentes. Vejo com preocupação essas medidas que têm uma natureza mais política. O próprio embaixador que está saindo dos Estados Unidos é contra o problema da China. Estou expondo essa preocupação, e acho

que a nossa situação, dentro do Estado de Minas Gerais, é uma força para irmos ao governo federal. É um problema de política. Investir na China, como muitos estão fazendo, é para salvar a própria pele. Na medida em que um industrial se torna um comerciante dos produtos chineses, porque já fechou sua fábrica e virou distribuidor, passa também a ter outro interesse. Estou querendo dizer que não podemos deixar a coisa chegar a esse ponto. Estamos perdendo mão-de-obra, massa salarial, especialização. Eles copiam e fazem tudo que nos ensinaram que não podemos fazer, que a nossa ética não deixa. É um problema de abrangência maior, de proteção maior. Estamos assistindo a uma aproximação por motivações políticas que não tem respaldo nem repercussão na área econômica. Quero chamar a atenção para o fato de que, hoje, máquinas e componentes elétricos, equipamentos de geração de energia e têxteis lideram a pauta de exportação chinesa. Essa é a liderança das exportações chinesas para o mundo. Mas, por outro lado, embora exportem muito nessa área, eles também importam, por entenderem que são equipamentos de melhoria de competitividade interna. É um gigante que está se aprimorando para novas áreas e com muita força. Eles lideram as duas coisas. Há alguns produtos que eles não têm como deixar de importar, como o petróleo.

Queria dizer também que nós aumentamos as exportações para a China de soja em grão. Em óleo, perdemos mais de 30%. Crescemos muito em minério de ferro, com 70%, granito cortado bruto, petróleo e derivados, couro e peles, celulose e pasta de madeira. No resto, já mostrando essa tendência,

estamos decrescendo na carne e nos laticínios e ficando empatados em óleo de soja.

Até nos minérios há decréscimo. Agora conseguimos aumentar algumas exportações de máquinas, em alguns setores específicos, nessa filosofia de que eles são os maiores importadores do mundo. Há também alguma coisa em termos de partes de veículos e tratores.

(...)

Em termos de Brasil, chamo a atenção de vocês, porque, na outra reunião, fizemos uma ressalva de que muitas coisas não entram em importação por Minas Gerais. Elas entram por supermercado e por São Paulo. Às vezes, em Minas, não gostamos muito de falar dos números de importação, porque eles têm um viés que devemos avaliar. São tecidos, roupas; compram lá e trazem para cá. Quanto às máquinas e equipamentos, normalmente é a compra feita pelo Estado, entra em um registro. Este reflete bem a situação do Estado, e também a exportação é registrada. Esse é um setor que melhor reflete o comércio. Os senhores percebem o que significa isso para o Estado de Minas Gerais. Isso não tem máscara; é isto o que quero dizer: não há muita máscara.

Os números do Brasil são um pouco menos ruins para esse setor. As exportações saíram, em 2001, de US\$199.000.000,00 - coloquemos 200 - e chegaram, em 2006 - as exportações também cresceram um pouco, mas foi só de janeiro a setembro -, a US\$206.000.000,00. Então, o senhor coloca aí a

diferença do resto do ano, e vai para US\$230.000.000,00, quer dizer, não é um grande crescimento. As importações saíram de US\$181.000.000,00 para US\$943.000.000,00.

(...)

Quanto ao setor de brinquedos, como representante da Federação das Indústrias, os números são menos significativos, apesar de serem importantes. Com o vencimento da medida de salvaguarda que vigorou por 10 anos, foi feito um acordo de restrição voluntária, como o senhor relatou para a Comissão com muita clareza, etc.

Então, sobre as importações de brinquedo do Brasil o número saiu de US\$47.000.000,00, praticamente, para US\$104.000.000,00. Com o acréscimo, vai para uns US\$120.000.000,00. Então, mais que dobrou.

(...)

Há medidas que considero específicas, como o acordo de restrição voluntária, para nos dar oxigênio por um ou dois anos, uma salvaguarda. Com um acordo de reconhecimento e com os interesses dos setores exportadores, o governo não fará um número grande de salvaguardas, como já nos foi dito com quase todas as letras, embora não com muita clareza. Na visita brasileira à China, teve gente segurando para os setores não reclamarem demais. O que estou dizendo é que não se pensa em entrar nessa seara. Todos os setores podem pedir, mas poucos serão os privilegiados que terão atendida essa

demanda, pois há outros interesses que estão sendo balanceados. Por isso, há necessidade de conscientização e de pressão da opinião pública e da sociedade.

Outra ponderação é que temos - o setor político, o setor executivo - de fazer esse esforço. Ou seja, se Minas é pouco, temos de levar tudo isso para além das nossas fronteiras.

Por fim, temos de fazer um esforço específico em termos de Receita Federal, notadamente no canal vermelho, e de treinar a Polícia Federal para todos os setores, porque, sem conhecer determinado setor, os agentes não conseguem agir com eficácia nesse setor. E isso é um trabalho que requer muito treinamento e para o qual são necessárias muitas pessoas. E o Brasil, embora tenha pessoas qualificadas, não tem pessoal em quantidade suficiente para executar esse trabalho. Ou seja, são várias frentes de trabalho, que considero específicas, mas que nos ajudam muito e nos dão oxigênio.”.

4 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/11/2006 HORA: 10 horas

1 - Prefeitura Municipal de Nova Serrana

Walter Lúcio – Vice-Prefeito

”O que a Prefeitura de Nova Serrana tem feito, neste último mandato, para ajudar as indústrias de calçados é tentar fazer uma parceria com o sindicato. Temos procurado participar de todas as feiras de calçados e eventos

nos quais a Prefeitura é chamada a colaborar com o sindicato das indústrias, a fim de fomentar a indústria de calçados de Nova Serrana.

(...)

A situação é difícil, temos ciência dos comentários, entrevistas e reportagens a respeito da China. O Brasil, depois que reconheceu a China como economia de mercado, tem uma grande dificuldade de conter a entrada de produtos no País.”.

2 - Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana

Júnior César Silva - Presidente

“Nova Serrana é responsável pelo emprego de mais de 40 mil pessoas. A nossa esperança é que esses números cheguem ao governo federal a fim de sensibilizá-lo sobre a importância da indústria calçadista, para que ele dê a ela o tratamento que esperamos.

(...)

Temos um sério problema que se tem agravado: a desvalorização cambial.

(...)

Não bastassem esses números de desvalorização cambial, a mão-de-obra semi-escrava que existe na China e os impostos reduzidos, há o problema da

entrada de produtos contrabandeados, com números superfaturados, conforme relatado pelo Deputado Paulo Cesar, que nos informou a entrada de tênis no País como se fossem canetas. No porto de Itaguaí, oito contêineres chegaram com nota de guarda-chuvas, mas, quando os fiscais abriram a mercadoria para verificá-la, descobriram cerca de 160 mil pares de calçados que estavam sendo trazidos com nota de guarda-chuva.

A maioria dos calçados que são comercializados no Brasil e que vêm com nota fiscal de US\$1,00, o preço real é de US\$5,00 a US\$6,00. Esperamos que o governo federal tome algumas iniciativas em favor de maior fiscalização da entrada desses produtos oriundos da Ásia e que seja estabelecido um preço mínimo para os produtos similares importados e que, ainda que a nota seja de US\$1,00, ele seja taxado com preço de acordo com o mercado nacional. Hoje, a taxa de importação é de 30%, mas é insignificante quando a nota fiscal é de US\$1,00.

Que sejam definidas cotas de importação, como a Argentina está fazendo em relação aos calçados brasileiros. O Brasil deveria fazer o mesmo no que diz respeito aos calçados chineses.

Que haja exigência de requisitos técnicos. Na maioria das vezes, esses calçados importados não apresentam a qualidade dos que são produzidos no Brasil.

3 - Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado de Minas Gerais

Luiz Raul Aleixo Barcelos

“Na quinta-feira será realizado um seminário da indústria calçadista promovido pela AD Calçados. Estarão presentes o Sr. Juan Quiroga, Presidente

da Apecs e o Ministro Furlan. Se já estiver disponível gostaria de levar o documento confeccionado aqui para apresentar ao Ministro Furlan.”.

4 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados em Geral

Rogério Jorge Aquino – Presidente

“O que está acontecendo não é só a entrada dos produtos chineses, mas a escravização dos chineses também. Temos de fazer essa grave denúncia à OIT e à ONU, porque os trabalhadores chineses não têm carga horária, dormem em seu próprio local de trabalho para ser acordados para produzir essa mercadoria e nos enviar; é isso que não queremos. Queremos uma salvaguarda, que nossos produtos sejam reconhecidos como eram antes, porque já disputamos mercado com a Itália, Alemanha e outros centros europeus. Temos condições de disputá-lo novamente. Nossos calçados são reconhecidos nacional e internacionalmente. Temos mão-de-obra qualificada, talvez não reconhecida, mas a temos. Nosso parque industrial hoje é um dos melhores da América Latina. Criamos recentemente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, Calçado e Vestuário. Essa Confederação saiu justamente do anseio dos trabalhadores desse setor. Antigamente éramos representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI -, só que indústria é um todo. Como nosso setor vinha sendo prejudicado ao longo dos anos, nós, trabalhadores, organizamo-nos nos setores têxtil, de calçado e de vestuário e fomos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Temos ainda uma disputa muito grande com a CNTI sobre esse reconhecimento, mas estamos

trabalhando para que sejamos capacitados a ponto de negociarmos junto ao governo federal, junto aos governos estaduais e de representarmos nossos trabalhadores da forma mais justa, porque acreditamos que assim teremos melhor distribuição de renda. Com distribuição de renda, defenderemos todos os parques industriais com igualdade neste país.”.

5 - Câmara dos Diretores Lojistas de Nova Serrana

Dário Antônio Faria Filho - Presidente

“Além de falarmos de todos os produtos da China, eu, como lojista, representando a classe, entendo que temos de ver também quão ilusório é o produto da China, é de péssima qualidade, é um produto que traz ilusão para o consumidor, que compra um produto que não tem nenhuma qualidade. As fábricas de sombrinhas e guarda-chuvas que existiam no Brasil fecharam todas. Todo produto relacionado a sombrinhas vem da China, mas, na primeira chuva que der, ele acaba. É assim com o calçado e tantas outras coisas que estão vindo, como brinquedos, são todos produtos que, podemos dizer, vêm para iludir o povo brasileiro, o consumidor brasileiro, porque são de baixo custo, mas de péssima qualidade.

Falando sobre isso, vimos uma matéria no jornal “Gazeta” sobre o Vice-Presidente, que comprou tecidos da China para a farda dos Oficiais do Exército. Outra coisa absurda é deixar de prestigiar o nosso país, a nossa produção, importando isso para servir ao Exército Brasileiro. Temos de brigar contra isso,

lutar, vemos hoje que as lojas de Belo Horizonte estão acabando, estão passando para o Shopping Oi porque tudo lá é importado, tudo sem nota, tudo barato, mas tudo falso.”.

6 - Prefeitura Municipal de Perdigoão

Gilmar Teodoro São José – Prefeito

“Precisamos tomar alguns cuidados nessa relação com a China, porque eles também aprendem rápido. Realmente, é necessário realizar políticas públicas que, ao mesmo tempo, ofereçam condições para que eles negociem aqui, porque mercado é mercado. Mas, por outro lado, é necessário que tenhamos condições de competitividade à altura, porque realmente aprendemos mais cedo, estamos mais estruturados e, no meu entendimento, superaremos essa situação.”.

7 - Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais

Américo Libério da Silva - Gerente

“Inicialmente, solicito à Presidência que todas as reivindicações feitas sejam estendidas a todos os setores representados. Deixo também uma lembrança aos nobres Deputados: que façam uma sugestão ao governo federal para que aumente realmente a fiscalização no Brasil.

(...)

Aliás, trago uma nota que foi publicada pelo “Estado de Minas” do dia 5 de novembro, que diz que o maior empresário de Santo Antônio do Monte, dono do maior grupo de fogos de artifício, está buscando importação e já demitiu 135 empregados.

O nosso setor (fogos de artifício) é um pouco mais complexo. Infelizmente, conforme já foi dito aqui, entram no Brasil um contêiner legal e vários ilegais, que contêm, muitas vezes, produtos semi-acabados a serem terminados no Brasil. Mesmo assim, coloca-se neles o rótulo de “100% fabricação nacional”, brasileira. É lamentável que isso esteja acontecendo. A lei existe, existem barreiras. Não se pode importar produto semi-acabado, principalmente na área de fogos de artifício, mas é como uma autoridade me disse: não estamos dando conta de combater as drogas, o narcotráfico e o tráfico de armas, então não será diferente com os fogos de artifício.

(...)

É difícil concorrer e sobreviver dessa forma.”.

(...)

O setor de fogos de artifício está-se preparando para enfrentar a China. Com o apoio dos nossos parceiros, principalmente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, foi construído em Santo Antônio do Monte o primeiro e único centro tecnológico em pirotecnia da América Latina. Temos

de adequar nossos produtos para que cheguem aos consumidores. Nossa dúvida é: será que os produtos chineses serão também fiscalizados?

8 - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem

Dr. Aginaldo Diniz Filho – Presidente do Sindicato e da Cedro Cachoeira

“Sabemos que a moeda da China, o Yuan, foi subvalorizada em mais de 25% ou 30% por mais de 12 anos, porque querem exportar. Não há como encontrar uma solução definitiva para esse problema, mas temos de mostrá-lo ao governo por meio de nossos representantes e amigos presentes nesta reunião. Tenho certeza de que nosso Governador Aécio Neves, sem nenhuma conotação partidária, está atento ao problema.

Nosso País tem os seguintes problemas: o crescimento econômico, a geração de emprego e o problema da educação. Somos grandes geradores de emprego, contribuimos com a paz social neste país, e é inadmissível que a China concorra conosco em condições isonômicas. Conheço a China, percorri o seu interior por mais de 15 dias. A condição de trabalho, a qualidade de vida e as condições ecológicas existentes na China são absurdas.

Foi dito que o nosso problema em relação à China está na ilegalidade do comércio. O nosso setor está sofrendo para entrar com a mercadoria a US\$0,50 o quilo. Agora a mercadoria entra pelo Chile, vai pela Bolívia. Um número de 200 a 500 carretas entra no Mato Grosso a um preço de US\$0,50. Isso não paga

nem o quilowatt para produzir 1kg de confeccionado. Esse é o nosso grande problema. É claro que existem os problemas da competitividade, do dólar, da carga tributária e do valor do real, mas não vejo uma mudança do real em relação ao dólar num curto espaço de tempo. Não consigo ver isso porque o Brasil está exportando muitas “commodities”. Nossos superávits de exportação estão nas “commodities”, que crescem em dólar. Estamos conseguindo superávits, mas não estamos gerando empregos.

(...)

... o setor têxtil precisa de três coisas. A primeira delas é o combate às formas ilegais de comércio de que todos nós somos vítimas, sem exceção. Precisamos desonerar nossa ponta de cadeia produtiva, a confecção, e para isso precisamos de algo factível, chamado acordo bilateral. O Mercosul já tolhe, mas o Chile, a Colômbia, o Uruguai e outros países estão partindo para um acordo bilateral. Se houvesse menos ideologia e mais pragmatismo econômico no Itamaraty, poderíamos ter os acordos bilaterais. Um metro de pano que produzimos e enviamos para Honduras, por exemplo, sendo confeccionado em Honduras pelo certificado de origem, paga de 18% a 33% de alíquota, além da diferença cambial, para entrar nos Estados Unidos. Temos de brigar juntos por coisas desse tipo.

9 - Sindicato Sindinvest.

Rodolfo Salla – Superintendente.

“Somos 12 sindicatos de vestuário patronais em Minas Gerais - todos enfrentando as mesmas dificuldades -, aliados a outros segmentos, como os têxteis, de óticas e de calçados.

(...)

Se mostrarmos que essas roupas vindas da China estão desmanchando, a população brasileira irá interessar-se.”

10 - Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg.

Afonso Gonzaga – representante da Fiemg Regional Centro Oeste.

Martha Teixeira Lassance – Presidente.

Comenta Afonso Gonzaga:

“A questão da China é de sobrevivência.

(...)

... tivemos a oportunidade de receber informações que realmente nos deixaram extremamente preocupados. Se não tomarmos providências pró-ativas, que mudem realmente a situação, teremos uma nova Gênova. Somos, com certeza, um Estado que, com muita disponibilidade dos seus empresários, tem procurado o desenvolvimento e o crescimento. Dizem que Minas é um Estado sonegador, mas a China é muito mais, porque, além de sonegar os impostos, sonega também as informações, pois temos recebido contêineres com

calçados classificados como canetas. Isso é muito mais grave do que o que ocorre em Minas Gerais.

(...)

Não podemos nos esquecer de Lagoa da Prata, cidade dos bichinhos de pelúcia, que está morrendo porque em todos os supermercados e hipermercados se encontram esses produtos originários da China”.

Acrescenta Martha Teixeira Lassance:

“Mostrarei, rapidamente, uma análise comparativa. O crescimento do PIB chinês, há muito tempo, está na faixa de 10%. O PIB industrial está crescendo a mais de 15%. O PIB total do Brasil não cresce a 3%. O PIB da indústria, quando está crescendo muito, cresce a 4%. A parte extrativa está puxando o resto da indústria, mostrando os reflexos de todo esse processo.

(...)

Mas queria dizer aos senhores o seguinte: o processo de perdermos o oxigênio no saldo comercial com a China teve início nessa etapa de desvalorização do dólar. Os senhores podem colocar de 2002 a agosto de 2006, de 158 - número-índice - para 100. Não colocarei os 2% deste mês, deflacionado, mas se colocar mais 5% ou 6% que vêm de 2005, 2006, quando começou a flexibilização do yuan, isso cai para 92. Então perdemos, só em termos de comparativo de moeda, 47,5 na ordem de grandeza.

Esse é um problema extremamente grave, para o qual não podemos fechar os olhos.

(...)

É muito importante os senhores observarem que as exportações brasileiras para a China têm crescido muito, mas as importações têm crescido mais, e é interessante verificarmos em que produtos, pois não existe um consenso na sociedade brasileira relativamente à ameaça que a China representa. Alguns setores, como as “commodities”, estão sendo beneficiados por esse crescimento, em virtude de preços, etc.

(...)

Portanto, vemos que eles têm uma política agressiva de não-importação de produtos de valor agregado, ou seja, só importam o exclusivamente primordial. Essa é uma política, uma estratégia de crescimento do governo para a geração de empregos.

(...)

Isso é complicado, pois competem conosco nos mercados interno e externo. As opções estão ficando restritas. Não se trata apenas do Brasil. A União Européia perdeu 30 mil postos de trabalho no período. Em máquinas e equipamentos, os números também nos horrorizam. As exportações

aumentaram em quase 700%. No mesmo período, o aumento de produção foi de 27%.

(...)

Para finalizar, lembro o setor de bijuterias, cujas importações aumentaram 460%. Há problema de contrabando pesado. Eles bombardeiam pedra, colorem, enfim, estão concorrendo com as nossas gemas, fazem bijuterias extremamente baratas, que geram muito emprego e consumo. O brinquedo, por sua vez, já não está prejudicado, pois há acordo de restrição voluntária das exportações, limitando a cota dos brinquedos chineses no mercado brasileiro a 40%. Isso porque acabou o acordo de salvaguarda.

A entrada da China na OMC é outro grande problema que não podemos esconder, como também o fato de o Brasil tê-la reconhecido como economia de mercado, apesar de isso ainda ter de passar pelo Congresso.

Nesse aspecto, reforço as palavras citadas anteriormente. Dificultarão muito as medidas de defesa comercial e criam flanco de conflito aberto e expresso muito maior. Para adiantar, os EUA dizem que não reconhecem, apesar de eles serem os maiores parceiros comerciais e gerarem ou segurarem a barra dos déficits internacionais americanos.

Isso tem gerado alta concorrência com os produtos brasileiros. Estamos exportando postos de trabalho, atraindo poucos capitais e com percepções diferentes no mercado interno sobre a situação da China, porque os grandes

exportadores são pró-China. Além disso, estamos vivendo ameaça de redução e de eliminação de alguns setores, com dificuldade de dimensionamento dos reais prejuízos (...) em razão das entradas ilegais e não registradas e com dificuldades crescentes de medidas de defesa. Por causa da China perdemos espaço até para a Argentina.

Gostaria de chamar a atenção para outro problema, que é as medidas de defesa comercial. Hoje o Brasil tem 12 medidas de salvaguardas contra os produtos chineses, abrangendo alimentícios, químicos e bens de consumo. Das 18 questões apresentadas para a investigação, 12 são contra a China. Quem pleiteia são os fabricantes de óculos e armações, ventiladores de mesa, ferros elétricos, alto-falantes e chapas de alumínio. Hoje o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC – decidiu abrir processo de “antidumping”, em vez de salvaguarda, que é mais interessante.

(...)

Considerações diversas sobre a China: até 2003, importador de alta tecnologia e de produtos de maior valor agregado; a partir de 2003: exportações de produtos sofisticados, tecnologicamente em ascensão; mudanças significativas observadas em setores com forte investimento estrangeiro direto, hoje há 88% das exportações de alta tecnologia chinesa; novo recorde do comércio exterior no 1º semestre: saldo comercial (+ 54,3% = US\$ 61,1 bilhões); trajetória de valorização da moeda discreta e insuficiente para reduzir grandes superávits; superávits no balanço de pagamentos cada vez maiores;

esterilização do ingresso de divisas sem criar pressões inflacionárias; manutenção da dívida pública em limites confortáveis; a China já é a 4ª maior economia do mundo; o mercado chinês no Brasil: têxtil e vestuário, calçados, máquinas e equipamentos, eletro-eletrônicos, autopeças, bijuterias, brinquedos e fogos de artifício.

(...)

Perspectivas chinesas: tornar-se a 2ª maior exportadora e importadora mundial em 2007, ultrapassando a Alemanha e ficando só atrás dos EUA; ser o mais importante mercado para matérias-primas; resultados recordes do superávit devem intensificar os apelos dos EUA e da Europa para valorização do Yuan.

Observação: Na audiência pública em Nova Serrana, ao final, houve uma fase de questionamentos formulados pelo público presente e respondidos pelos palestrantes, que pode ser consultada nas notas taquigráficas registradas na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Anexo II – Documentos Recebidos

17/10/2006 – Apresentação técnica da cadeia têxtil e de confecções do Brasil encaminhada pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – Abit.

17/10/2006 – Apresentação técnica do crescimento acelerado e expansão nos mercados mundial e brasileiro encaminhado por Martha Teixeira Lassance, Presidente do Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg.

13/11/2006 – Ofício nº 40/2006, do Sindicato Intermunicipal da Indústria e do calçado de Nova Serrana.

13/11/2006 – Apresentação técnica sobre a economia chinesa, encaminhada por Martha Teixeira Lassance, Presidente do Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg.

24/10/2006 – Apresentação técnica e correspondência do Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de Minas Gerais.

24/10/2006 – Apresentação técnica dos dados do setor óptico encaminhadas pelo Sindicato do Comércio Óptico do Estado de Minas Gerais.

24/10/2006 – Apresentação técnica e considerações sobre o mercado brasileiro de refratários e os impactos da ameaça chinesa, encaminhados pelo Sindicato da Indústria de Refratários no Estado de Minas Gerais – Siref.

Anexo III – Requerimentos Aprovados

20/6/2006 - De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a suspensão dos trabalhos da Comissão no período de 23/8/2006 a 9/10/2006.

22/8/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja modificada a denominação da Comissão para “Comissão Especial contra a Invasão dos Produtos Chineses”.

22/8/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhada cópia da “Carta dos Trabalhadores de Minas Gerais”, recebida pela Comissão Especial, para a Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores, Governo do Estado de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

11/10/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita sejam encaminhados convites, para participação na Comissão Especial, para a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Fazenda, Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg, Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais – Sindimalhas -, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem – Sift-MG - e Sindicato das Industrias de Vestuário – Sindinvest-MG.

11/10/2006 – De autoria do Deputado Paulo Cesar em que solicita sejam encaminhados convites para participação na Comissão Especial para os setores calçadistas, de fogos de artifício, óptico, de brinquedos, de refratários e de máquinas pesadas, bem como a realização de audiência pública da Comissão Especial no Município de Nova Serrana, para debates e ações alternativas para

o enfrentamento das conseqüências das importações chinesas para a indústria mineira.

17/10/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita sejam convidados, para terem assento permanente nos trabalhos da Comissão Especial as seguintes entidades: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem – Sift -, Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais – Sindimalhas -, Sindicato das Indústrias de Vestuário – Sindvest - e Conselho de Relações Econômicas Internacionais da Fiemg.

24/10/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ofício ao Governo do Estado, solicitando a regulamentação da Lei nº 15.177, de 16/6/2004, que proíbe a comercialização de produtos ópticos em estabelecimentos não credenciados, no âmbito estadual.

7/11/2006 – De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada visita da Comissão a Porto de São Borja (RS), Diniz Cerqueira (SC), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC) e Paranaguá (PR).

7/11/2006 – De autoria do Deputado Paulo Cesar em que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão Especial por mais 30 dias.

- Publique-se, para os fins do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.